

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ALINE DOS SANTOS MEZZARI

**AVALIAÇÃO DA PREPARAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS EM
RELAÇÃO AO SPED COM ÊNFASE NA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL.**

CRICIÚMA
2015

ALINE DOS SANTOS MEZZARI

**AVALIAÇÃO DA PREPARAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS EM
RELAÇÃO AO SPED COM ÊNFASE NA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com linha de pesquisa em contabilidade tributária.

Orientador: Prof. Especialista Everton Perin

CRICIÚMA

2015

ALINE DOS SANTOS MEZZARI

**AVALIAÇÃO DA PREPARAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS EM
RELAÇÃO AO SPED COM ÊNFASE NA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
para obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis, no Curso de Ciências
Contábeis da Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC, com linha de pesquisa
em contabilidade tributária.

Criciúma, 29 de junho de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Everton Perin - Especialista - Orientador

Prof. Rafael Mello Furlanetto – Especialista - Examinador

Dedico este trabalho aos meus pais e ao meu irmão, por sempre me incentivarem a ir em busca dos meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Depois de muito esforço e dedicação cheguei até esta etapa, e com toda certeza não estaria aqui sem a colaboração e o incentivo das pessoas que estão em minha volta.

Agradeço inicialmente aos meus familiares, em especial meus pais e meu irmão, pelos princípios, valores, pelos ensinamentos e pela fundamental e constante presença ao longo desta jornada.

Ao meu namorado, Matheus Trevisol Cararo, por ser meu grande amigo e me apoiar sempre. Obrigada por tudo, pelo carinho, apoio, preocupação e principalmente pela paciência neste período.

Aos professores por todo conhecimento compartilhado. Em especial ao meu orientador Everton Perin, pela dedicação e pela ajuda. Obrigada por transmitir seus conhecimentos e ter me ajudado na elaboração deste trabalho passando um pouco de sua experiência como professor e como profissional contábil.

Não poderia deixar de agradecer também as amigas Adriana, Aline, Bruna, Evelise, Pâmela e Tamara, pelos momentos que passamos juntas, pelos risos, choros e conselhos. Foram quatro anos e meio que jamais serão esquecidos.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho. Meu sincero agradecimento a todos que estiveram ao meu lado durante esta caminhada.

Os resultados vêm do aproveitamento de oportunidades e não da solução de problemas. A resolução de problemas apenas restaura a normalidade. Oportunidades significam explorar novos caminhos.

Peter Ferdinand Drucker

RESUMO

MEZZARI, Aline dos Santos. **Avaliação da preparação das organizações contábeis em relação ao SPED com ênfase na Escrituração Contábil Fiscal**. 2015. 65 páginas. Orientador: Prof. Esp. Everton Perin. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

A contabilidade está cada vez mais fazendo o uso de tecnologias diante da necessidade do controle de informações contábeis e fiscais das empresas. O projeto SPED confirma isso, aproximando mais ainda as organizações do governo, principalmente com relação à apuração dos tributos devidos. Foi instituída a ECF como parte do projeto SPED e, através dela, demonstra-se toda a apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social das pessoas jurídicas. Esta nova obrigação traz consigo alguns desafios para os profissionais da área contábil e para as empresas pois, anteriormente, estes tributos eram declarados apenas na DIPJ de uma forma mais sintética, passando agora, devido ao cruzamento de informações realizado com o SPED, a ser mais detalhada, mais completa e transparente. Quanto à preparação das organizações contábeis para atender à obrigação, é necessário conhecimento da legislação tributária quanto a estes impostos e o entendimento da nova metodologia de escrituração no leiaute do SPED. Essa sistemática exige de todas as empresas um melhor controle das informações. O objetivo deste trabalho consiste em analisar a preparação das organizações contábeis envolvidas nesse processo frente ao mais novo projeto do SPED – a Escrituração Contábil Fiscal – identificando as principais dificuldades encontradas por aquelas, e quais ações deverão adotar junto aos seus clientes com a finalidade de adequação das informações prestadas para a organização e garantir a correta apuração dos impostos diminuindo os riscos de inconsistências nos dados prestados ao fisco.

Palavras-chave: SPED. IRPJ. CSLL. Escrituração Contábil Fiscal - ECF.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Livro Diário manuscrito de 1940.....	18
Figura 2 - Modelo de Balanço Patrimonial impresso	19
Figura 3 - Subprojetos abrangidos pelo SPED.....	26

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária.....	38
Gráfico 2 - Faixa etária por gênero.....	39
Gráfico 3 - Formação profissional	40
Gráfico 4 - Tempo de atuação na área contábil	41
Gráfico 5 - Quantidade de empresas/clientes da organização contábil.....	42
Gráfico 6 - Quantidade de empresas obrigadas ao SPED ECF.....	43
Gráfico 7 - Formas de contato com os clientes	44
Gráfico 8 - Formas de atualização profissional	45
Gráfico 9 - Prazo para implantação e transmissão do arquivo	47
Gráfico 10 - Etapas de transmissão do arquivo digital	48
Gráfico 11 - Maior ganho com a implantação do SPED ECF.....	49
Gráfico 12 - Preparação do sistema.....	50
Gráfico 13 - Qualidade das informações prestadas pelos clientes.....	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Vantagens da contabilidade informatizada.....	20
Quadro 2 - Principais objetivos do SPED.....	24
Quadro 3 - Blocos do arquivo digital do SPED ECF.....	32
Quadro 4 - Características da cidade de Criciúma.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Gênero dos participantes	38
Tabela 2 - Formação profissional por gênero.....	40
Tabela 3 - Tempo de atuação por gênero	41
Tabela 4 - Formas de atualização por faixa etária e gênero	46
Tabela 5 - Percepção do participante sobre os benefícios com o SPED	52
Tabela 6 - Percepção do participante sobre as dificuldades com o SPED.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADE	Ato Declaratório Executivo
Art.	Artigo
Cofins	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CRC/SC	Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DIPJ	Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica
ECD	Escrituração Contábil Digital
ECF	Escrituração Contábil Fiscal
e-CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica Eletrônico
e-CPF	Cadastro de Pessoa Física Eletrônico
EFD	Escrituração Fiscal Digital
E-LACS	Livro Eletrônico de Apuração da Contribuição Social
E-LALUR	Livro Eletrônico de Apuração do Lucro Real
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICP-Brasil	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
IN	Instrução Normativa
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
IRRF	Imposto sobre a Renda Retido na Fonte
LALUR	Livro de Apuração do Lucro Real
NF-e	Nota Fiscal Eletrônica
PIB	Produto Interno Bruto
PIS/Pasep	Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PVA	Programa Validador e Assinador
RFB	Receita Federal do Brasil
SCP	Sociedade em Conta de Participação
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 TEMA E PROBLEMA	14
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	15
1.3 JUSTIFICATIVA	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE.....	17
2.1.1 Período manuscrito.....	17
2.1.2 Período mecanizado.....	18
2.1.3 Período informatizado.....	19
2.1.4 Certificação Digital.....	21
2.2 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED	22
2.2.1 Objetivos, benefícios e premissas do SPED.....	23
2.2.2 Usuários do SPED	25
2.2.3 Subprojetos do SPED	26
2.2.4 Escrituração Contábil Digital – ECD	27
2.2.4.1 Pessoas Jurídicas Obrigadas.....	28
2.2.4.2 Prazo de Entrega	28
2.2.5 Escrituração Contábil Fiscal – ECF	29
2.2.5.1 Pessoas Jurídicas Obrigadas.....	30
2.2.5.2 Operações que devem ser geradas na ECF	31
2.2.5.3 Livro Eletrônico de Apuração do Lucro Real (E-Lalur) e Livro Eletrônico de Apuração da Base de Cálculo da CSLL (E-Lacs).....	33
2.2.5.4 Prazo de Entrega	34
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	35
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	35
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	36
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DE CRICIÚMA/SC	36
4.1.1 População pesquisada.....	36
4.1.2 Amostra.....	37
4.1.3 Instrumento e procedimentos de coleta de dados.....	37
4.1.4 Tratamento dos dados.....	37
4.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS	37

4.2.1 Faixa etária.....	37
4.2.2 Gênero.....	38
4.2.3 Formação Profissional.....	40
4.2.4 Tempo de atuação na área contábil.....	41
4.2.5 Empresas que a organização é responsável pela escrituração.....	42
4.2.6 Empresas obrigadas a entrega do SPED ECF.....	43
4.2.7 Formas de contato com os clientes para conscientização sobre a obrigatoriedade do SPED ECF.....	44
4.2.8 Formas de atualização da organização contábil para o SPED ECF.....	45
4.2.9 Avaliação do prazo para implantação e transmissão do SPED ECF.....	46
4.2.10 Avaliação das etapas para entrega do SPED ECF.....	47
4.2.11 Maior ganho com a implantação do SPED ECF.....	49
4.2.12 Sistema contábil.....	50
4.2.13 Qualidade das informações prestadas pelos clientes.....	51
4.2.14 Benefícios encontrados com o projeto SPED.....	52
4.2.15 Dificuldades encontradas com o projeto SPED.....	53
4.2.16 Análise Geral da Pesquisa.....	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	58
APÊNDICE.....	61
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA DE CAMPO.....	62

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Público de Escrituração Digital - SPED é o sistema informatizado sobre escrituração contábil e fiscal em funcionamento em nosso país. Este estudo consiste em pesquisar sobre o SPED, com ênfase no novo projeto, a Escrituração Contábil Fiscal – ECF, decorrente da obrigatoriedade do envio deste informativo pelas organizações.

Este trabalho traz, primeiramente, um estudo sobre a evolução da contabilidade e dos seus procedimentos. Expõe-se, também, referencial teórico sobre o projeto SPED como um todo e sobre as informações que serão prestadas através do subprojeto ECF.

Sobre o tema, realiza-se uma pesquisa que aborda a preparação das organizações contábeis para a implementação da Escrituração Contábil Fiscal dentro do projeto SPED, mediante uma pesquisa de campo junto as organizações contábeis.

Por último, apresentam-se, mediante a utilização da metodologia utilizada neste processo, os resultados obtidos e as conclusões alcançadas com o estudo.

1.1 TEMA E PROBLEMA

O Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, foi criado para facilitar a troca de informações entre contribuintes e as três esferas (União, Estados e Municípios). Isso é feito através do envio de documentos eletrônicos assinados digitalmente pelo contribuinte diretamente aos órgãos fiscalizadores.

O processo de implantação do SPED vem ocorrendo gradativamente conforme o regime de tributação das empresas. As atualizações dos documentos eletrônicos a serem entregues ao fisco e a instituição de novas obrigações a serem atendidas pelos profissionais da área contábil e contribuintes são constantes.

A partir de 2015, as empresas e as organizações contábeis terão mais uma obrigação acessória a ser apresentada ao SPED: a Escrituração Contábil Fiscal – ECF. Esta obrigação dispõe sobre a apuração do imposto de renda e contribuição social das empresas optantes pelo regime de tributação pelo Lucro Real, Lucro Presumido, Lucro Arbitrado, e em alguns casos, Imunes e Isentas.

Considerando este cenário, existe a necessidade de uma revisão profunda nos processos e nos sistemas de gestão aplicados nas organizações contábeis, com possíveis alterações nas rotinas diárias dos escritórios, para atender as obrigações acessórias e evitar grandes riscos.

Diante das iminentes alterações a serem implantadas, as organizações contábeis passarão a ser obrigadas a gerar a nova obrigação acessória ao SPED, do que surge o seguinte questionamento: Como os profissionais que atuam nas organizações contábeis estão se preparando diante da implantação do novo subprojeto do SPED, a Escrituração Contábil Fiscal – ECF?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral deste trabalho consiste em avaliar a preparação dos profissionais que atuam nas organizações contábeis diante da implantação do novo subprojeto do SPED, a Escrituração Contábil Fiscal (ECF).

Para alcançar o objetivo geral, foram elaborados objetivos específicos, com os quais, assim, pretende-se responder a questão-problema. São os seguintes:

- Descrever sobre o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, conceituando o subprojeto Escrituração Contábil Fiscal - ECF;
- Coletar dados através de uma pesquisa de campo junto aos profissionais das organizações contábeis para verificar o perfil dos profissionais que atuam na operacionalização do SPED;
- Demonstrar os pontos positivos, negativos e as dificuldades encontradas pelos profissionais com a implementação desta obrigação acessória baseado nos dados coletados com a pesquisa.

1.3 JUSTIFICATIVA

Com a implantação do projeto SPED, as informações se tornaram mais transparentes perante a fiscalização, tornando este processo mais moderno e cada vez mais ágil.

As obrigações impostas até hoje pelo SPED mudaram as rotinas de trabalho dos escritórios em vários aspectos, como a confiabilidade das informações transmitidas ao fisco e a busca por profissionais qualificados.

Segundo a Receita Federal do Brasil (2015a) o projeto do SPED tem os seguintes objetivos principais:

Promover a integração dos fiscos, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas as restrições legais de acesso;
Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores; e
Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

O envio de informações ao SPED já se tornou obrigatoriedade para várias organizações e, recentemente, uma nova obrigação foi instituída (ECF) e terá que ser transmitida ao fisco. Este novo subprojeto irá abranger a apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das organizações. Por isso, torna-se cada dia mais importante estudar a matéria e obter esclarecimentos sobre o assunto.

Esta pesquisa possui relevância pelo fato de que os profissionais de contabilidade precisam dominar o tema e realizar a escrituração fiscal das empresas de forma adequada e legal, sendo válido um estudo das mudanças nas rotinas de trabalho.

A contribuição social da pesquisa está na possibilidade de analisar como o novo projeto do SPED está sendo implantado nas organizações e quais os impactos encontrados na prática, visto que os contadores estão sendo obrigados a evoluir junto com a tecnologia e a se adequarem às mudanças ocorridas com esse projeto.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo demonstrará um aprofundamento teórico sobre os temas abordados na pesquisa, iniciando a partir de pensamentos de autores sobre a evolução da contabilidade até os dias atuais, dando seguimento com o tema do trabalho, que consiste nas características do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, tais como seu conceito e relevância.

Em seguida, abordar-se-á o conceito, obrigatoriedade e particularidades dos projetos SPED Contábil e SPED ECF, este último que é o tema principal deste trabalho.

2.1 EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

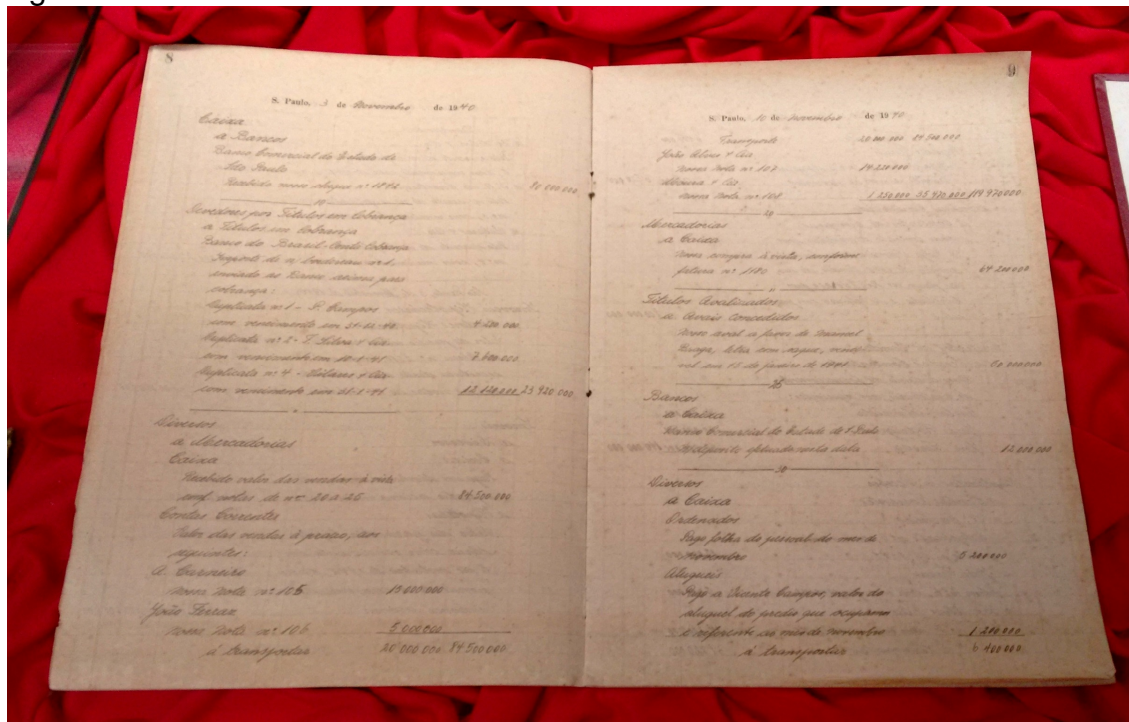
Desde o início de sua existência, a contabilidade vem sofrendo constantes mudanças no que diz respeito aos processos, rotinas de trabalho, cultura, e desenvolvimento econômico. Sua evolução é visível no dia a dia e definida por vários fatores que fizeram parte da história dessa ciência. A seguir, será exposto como se deu esta evolução, de acordo com os períodos mais marcantes da história.

2.1.1 Período manuscrito

No tempo em que os computadores sequer estavam em vias de chegar ao mercado, a vida do contador, em sua tarefa diária de registrar todas as movimentações de uma empresa, já foi muito mais árdua e complicada, pois toda a escrituração era feita de forma manual.

Com esse tipo de procedimento, explica Oliveira (1997), a escrituração era feita de próprio punho, com o lançamento dos registros nos livros diário, razão, caixa, controle de duplicatas, contas a pagar e receber, inventário etc, todos realizados manualmente, procedimento este sujeito a muito mais incorreções e que demandava bastante tempo. A Figura 1 demonstra um Livro Diário feito manualmente.

Figura 1 - Livro Diário manuscrito de 1940



Fonte: Galeria Contador Renato Gonçalves – Sede do CRC/SC.

O mesmo autor (1997) ainda ressalta o quão grande era desafio dos contadores da época em manter a escrituração em dia, ante a dificuldade em realizar inúmeros registros à mão e manter atualizada a escrituração, sendo tarefa complexa e demorada, por exemplo, a elaboração de um balanço ou balancete.

Com o passar dos anos, aos poucos, a escrituração manual deu espaço ao processo mecanizado, fazendo uso das ferramentas mais modernas da época e otimizando o trabalho.

2.1.2 Período mecanizado

Para facilitar e dinamizar as atividades, fugindo do procedimento manual de escrituração, os profissionais da contabilidade passaram a utilizar de alguns equipamentos para a realização dos registros nos livros obrigatórios.

As máquinas de escrever foram equipamentos bastante difundidos para a realização de diversas atividades contábeis, principalmente para a inserção de dados em fichas ou formulários soltos que, depois agrupados, compunham o livro diário, razão, controle de estoque, dentre outros. (OLIVEIRA, 1997).

Conforme foram surgindo e ficando acessíveis os microcomputadores, no entanto, no entendimento de Oliveira (1997), as máquinas datilográficas e outros

equipamentos mecânicos foram sendo deixados de lado, em razão das dificuldades de manutenção de tais máquinas e também pela praticidade proporcionada pelos computadores e sistemas informatizados.

A partir desse período, os processos e equipamentos foram evoluindo a cada ano, informatizando cada vez mais as atividades dos contadores e trazendo vantagens ao trabalho diário nas organizações contábeis.

2.1.3 Período informatizado

Na era da informação, os avanços tecnológicos, seja na questão de equipamentos, seja na área de sistemas, revolucionaram o mundo a cada dia.

Com a contabilidade, não podia ser diferente: a informática e suas evoluções transformaram o trabalho dos profissionais das organizações contábeis. Neste período, os livros e documentos eram impressos, o que automatizou o trabalho de escrituração das empresas (MOSCOVE; SIMKIN; BAGRANOFF, 2002).

A figura 2 demonstra um livro impresso deste período.

Figura 2 - Modelo de Balanço Patrimonial impresso

BALANÇO PATRIMONIAL EMPRESA X EM 31/12/20XX					
A T I V O	20X1	20X2	P A S S I V O	20X1	20X2
CIRCULANTE	1.712.705	1.885.192	CIRCULANTE	580.400	598.804
Disponibilidades	360.705	432.442	Fornecedores	282.000	325.404
Contas a Receber	1.147.500	1.267.500	Impostos Operacionais	45.400	45.400
Adiantamento a Fornecedores	12.000	12.000	Salários	169.000	169.000
Estoques	192.500	173.250	Impostos Parcelados	60.000	35.000
			Empr. De Terceiros	24.000	24.000
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			NÃO CIRCULANTE	194.400	206.000
Contas a Receber			Impostos	156.000	167.600
NÃO CIRCULANTE	1.503.600	1.494.676	Empr. De Terceiros	38.400	38.400
Investimentos	460.000	460.000	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.441.505	2.575.065
Imobilizados	1.043.600	1.034.676	Capital e Reservas	1.686.459	1.686.459
			Resultados Acumulados	665.400	755.046
			Resultado do Exercício	89.646	133.559
TOTAL ATIVO	3.216.305	3.379.868	TOTAL PASSIVO	3.216.305	3.379.868

Fonte: Elaborada pela autora (2015).

Oliveira (1997) ressalta que a chegada da informática proporcionou ao profissional da contabilidade grandes auxílios, facilitando o lançamento dos registros

contábeis e o processamento de todas essas informações, ao mesmo tempo em que isso passou a ser feito com maior segurança, rapidez e confiabilidade.

Não há mais como distanciar o universo da informática das atividades contábeis. Organizações, empresas e fisco, cada vez mais, utilizam-se das mais variadas ferramentas eletrônicas modernas para maximizar a eficiência de suas operações e atividades, fazendo com que o trabalho manual seja substituído gradativamente por trabalho puramente intelectual, de análise de dados (MOSCOVE; SIMKIN; BAGRANOFF, 2002).

De acordo com Oliveira (1997, p.17-19), a informatização trouxe benefícios aos profissionais da área, os quais são demonstrados no Quadro 1.

Quadro 1 - Vantagens da contabilidade informatizada

1	Aumento da produtividade	A velocidade de processamento das informações quando se faz uso do computador, gera aumento substancial da produtividade.
2	Melhoria da qualidade dos serviços	A impressão eletrônica apresenta como resultado um trabalho de melhor aspecto, quando comparado com a forma manuscrita ou mecanizada. As informações são geralmente consistentes, seguras e exatas.
3	Mais estímulo para os profissionais	Em função das facilidades que a informatização proporciona, os profissionais sentem-se mais à vontade e conseqüentemente, produzem mais. O trabalho torna-se menos estafante e mais estimulante.
4	Facilidade para a leitura prévia dos relatórios	Os relatórios podem ser lidos previamente, na tela, mesmo antes de serem impressos. No sistema de trabalho com as máquinas mecanizadas era necessária a emissão apenas para conferir o conteúdo e, se necessário, proceder com as correções.
5	Cumprimento de prazos exigidos pelos órgãos	O cumprimento de algumas exigências de ordem tributária, trabalhista e previdenciária, só se tornou possível para algumas empresas a partir do uso do computador.
6	Facilidade de acesso às informações	O acesso às informações se tornou rápida por meio do sistema.
7	Maior segurança das informações	Devido aos recursos de proteção dos arquivos de dados, existe pouca chance de perda total das informações processadas.
8	Menos espaço físico no ambiente de trabalho	Os equipamentos físicos ocupam pouco espaço e podem resumir-se a uma mesa de trabalho.

Fonte: Oliveira (1997, p.17-19).

A informática, nesse contexto, transformou substancialmente a profissão do contador, oferecendo soluções e facilidades nunca antes vistas, potencializando o serviço prestado pelo profissional em todos os seus aspectos e abrindo inúmeras oportunidades de aprimoramento e desempenho de novas funções, menos centradas no simples lançamento de dados e mais voltadas à análise dessas informações.

Young (2009) afirma que o procedimento de prestar informações e de recolher tributos ao fisco, ao longo dos anos, vem passando por transformações e

evoluções, principalmente no que diz respeito aos sistemas de informática utilizados para agrupar e enviar dados das empresas aos entes estatais.

O que se vê hoje em dia, além disso, é uma evolução dentro da era de informatização da contabilidade, ou seja, vivencia-se a era da tecnologia, onde o uso da internet foi ampliado de forma significativa e utiliza-se dos dados digitais na escrituração, o que só é possível em função da invenção do certificado digital.

2.1.4 Certificação Digital

O certificado digital permite associar um documento eletrônico a uma entidade e uma chave pública. Segundo Young (2009, p.18) “um certificado digital contém os dados de seu titular, tais como: nome, e-mail, CPF, chave pública, nome e assinatura da autoridade certificadora que a emitiu”.

Este mecanismo de segurança é capaz de oferecer os seguintes requisitos de acordo com Young (2009, p.18):

- Confidencialidade, garantindo que somente as pessoas envolvidas tenham acesso às informações prestadas de forma eletrônica pela internet;
- Integridade, garantindo que o conteúdo enviado não seja alterado durante o envio;
- Autenticação, garantindo a identificação da entidade, e;
- Não repúdio, garantindo que o emissor que executou o envio de dados de forma eletrônica não negue sua autoria posteriormente.

De acordo com a RFB (2015), a Certificação Digital é, nos dias de hoje, considerada uma ferramenta de segurança muito eficaz, garantindo todos os requisitos citados anteriormente.

O certificado pode ser emitido para pessoas físicas e pessoas jurídicas. Para as pessoas físicas, é chamado de e-CPF, e para as pessoas jurídicas, e-CNPJ. Para obter a certificação digital, o interessado deverá procurar uma autoridade certificadora, que se trata de uma entidade confiável para realizar este processo.

Com a utilização do certificado digital, as pessoas jurídicas poderão assinar digitalmente as declarações e demonstrativos apresentados. A assinatura digital, conforme a RFB (2015), “é o processo eletrônico de assinatura, baseado em sistema criptográfico assimétrico, que permite ao usuário usar sua chave privada para declarar a autoria de documento eletrônico a ser entregue à RFB, garantindo a integridade de seu conteúdo”.

Nos dias atuais, essas inovações tecnológicas trazem aos profissionais uma nova maneira de visualizar os procedimentos contábeis. A área contábil vem ganhando um novo espaço na tecnologia, incluindo processos como processamento de dados, arquivos digitais, sistemas cada vez mais automatizados, entre muitos outros.

Nesse mesmo contexto surgiu a ideia inicial do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, ainda durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir da edição da Lei nº 9.989/2000, como parte de política que tinha como meta modernizar tudo o que dizia respeito sobre as administrações tributárias e aduaneiras, a qual vem sendo implantada gradativamente até os dias atuais, com o advento de várias outras leis, regulamentos e instruções (YOUNG, 2009).

É o que se está presenciando em nosso país atualmente, já que, desde 2007, vêm sendo impostas aos contribuintes a substituição do papel pelos arquivos digitais em partes específicas da escrituração contábil das empresas, exigência esta que é ampliada a cada ano, principalmente pelo projeto do Governo Federal de implantação do SPED.

2.2 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED

Instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED trata-se de um projeto desenvolvido pelo Governo Federal, contendo também a participação dos Estados e Municípios.

Através de alteração da Constituição Federal, em emenda aprovada pelo Congresso Nacional em 2003, ficou previsto que os entes tributários da União, Estados e Municípios atuariam de forma integrada, inclusive com a troca de dados e informações entre eles. Por esta razão, o SPED é iniciativa conjunta e conta com a participação de todas as esferas da república (YOUNG, 2009).

Tal projeto visa tornar a relação entre fisco e contribuintes mais ágil, precisa e segura, com vistas, ainda, à redução das possibilidades de fraudes e sonegação fiscal. Em seu art. 2º, o Decreto nº 6.022/2007 traz a seguinte definição para o SPED:

Art. 2º O Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas

jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações¹.

Visando dar mais segurança e agilidade nos processos de prestação de informações pelos contribuintes aos entes tributários e contando com um sistema atualizado para recepção de dados, este sistema veio para modernizar os procedimentos entre fisco e contribuinte. Para ter a validade jurídica, utiliza-se de certificado digital, moderno e seguro mecanismo de assinatura de documentos eletrônicos, que garante a integridade dos dados e confirma a identidade do prestador. (RFB, 2014).

Destaca Young (2009), que as informações prestadas para o SPED deverão obedecer ao estipulado na legislação, principalmente quanto à forma de envio, que deve estar em formato eletrônico, assinada com certificado digital e transmitida ao fisco mediante utilização de programa próprio, disponibilizado no sítio da RFB. Estes procedimentos reforçam a confiabilidade e a segurança dos dados gerados.

O art. 1º da Instrução Normativa RFB nº 969 de 2009, embasa a obrigatoriedade da assinatura digital.

Art. 1º É obrigatória a assinatura digital efetivada mediante utilização de certificado digital válido, para a apresentação, por todas as pessoas jurídicas, exceto as optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), das declarações e dos demonstrativos a seguir relacionados².

Diante destas afirmações, pode-se dizer que o SPED representa um grande avanço tecnológico relacionado aos controles da fiscalização sobre os contribuintes, devendo atingir todas as pessoas jurídicas futuramente.

2.2.1 Objetivos, benefícios e premissas do SPED

¹BRASIL. Decreto nº 7.979, de 8 de abril de 2013. **Altera o Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, que instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital – Sped**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7979.htm>. Acesso em: 02 mar. 2015.

²BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. Instrução Normativa RFB nº 995, de 22 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://www18.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/2010/in9952010.htm>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

Através da implantação do SPED, os contribuintes devem enviar as obrigações acessórias por meio de arquivo digital. Com isso, a Receita Federal do Brasil (2015a) tem como objetivos principais:

Quadro 2 - Principais objetivos do SPED

1	Promover a integração dos fiscos, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas as restrições legais.
2	Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores.
3	Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

Fonte: Receita Federal do Brasil (2015)

Dentre os objetivos expostos pela Receita Federal, o de tornar mais rápida a identificação de fraudes ou Ilícitos tributários chama a atenção. Com o SPED, a fiscalização estará focada no presente e futuro dos contribuintes, passando a interligar todas as informações prestadas através deste sistema.

Na implantação do SPED, a RFB (2015) analisou os benefícios que o projeto proporcionou. São eles:

- Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel;
- Eliminação do papel;
- Redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias;
- Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas;
- Redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas;
- Redução do tempo despendido com a presença de auditores fiscais nas instalações do contribuinte;
- Simplificação e agilização dos procedimentos sujeitos ao controle da administração tributária (comércio exterior, regimes especiais e trânsito entre unidades da federação);
- Fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias;
- Rapidez no acesso às informações;
- Aumento da produtividade do auditor através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;
- Possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um leiaute padrão;
- Redução de custos administrativos;
- Melhoria da qualidade da informação;
- Possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais;
- Disponibilidade de cópias autênticas e válidas da escrituração para usos distintos e concomitantes;
- Redução do "Custo Brasil";
- Aperfeiçoamento do combate à sonegação;
- Preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel.

Dessa forma, a implantação do SPED simplifica os processos e dispensa a impressão e guarda dos livros contábeis e fiscais pelas empresas, trazendo, assim, benefícios também no que diz respeito à questão ambiental, reduzindo o uso de papel.

Neste contexto, as premissas do SPED elencadas pela RFB (2015) são as que seguem:

- Propiciar melhor ambiente de negócios para as empresas no País;
- Eliminar a concorrência desleal com o aumento da competitividade entre as empresas;
- O documento oficial é o documento eletrônico com validade jurídica para todos os fins;
- Utilizar a Certificação Digital padrão ICP Brasil;
- Promover o compartilhamento de informações;
- Criar na legislação comercial e fiscal a figura jurídica da Escrituração Digital e da Nota Fiscal Eletrônica;
- Manutenção da responsabilidade legal pela guarda dos arquivos eletrônicos da Escrituração Digital pelo contribuinte;
- Redução de custos para o contribuinte;
- Mínima interferência no ambiente do contribuinte;
- Disponibilizar aplicativos para emissão e transmissão da Escrituração Digital e da NF-e para uso opcional pelo contribuinte.

O Sistema Público de Escrituração Digital trouxe diversas melhorias, tanto para os contribuintes quanto para o próprio fisco. A utilização de tecnologia na otimização dos processos está sendo utilizada a favor de todos.

2.2.2 Usuários do SPED

O projeto SPED é composto pelos seus usuários, que estão relacionados no art. 3º do Decreto nº 6.022 de 2007. Assim, diz-se que são usuários do SPED:

- I - a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
- II - as administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante convênio celebrado com a Secretaria da Receita Federal; e
- III - os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta que tenham atribuição legal de regulação, normatização, controle e fiscalização dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas³.

Na ótica de Young (2009), o SPED é instrumento utilizado primordialmente pela Secretaria da Receita Federal, mas também utilizam esse sistema outros órgãos e entidades federais, estaduais e municipais.

³BRASIL. Decreto nº 7.979, de 8 de abril de 2013. op. cit.

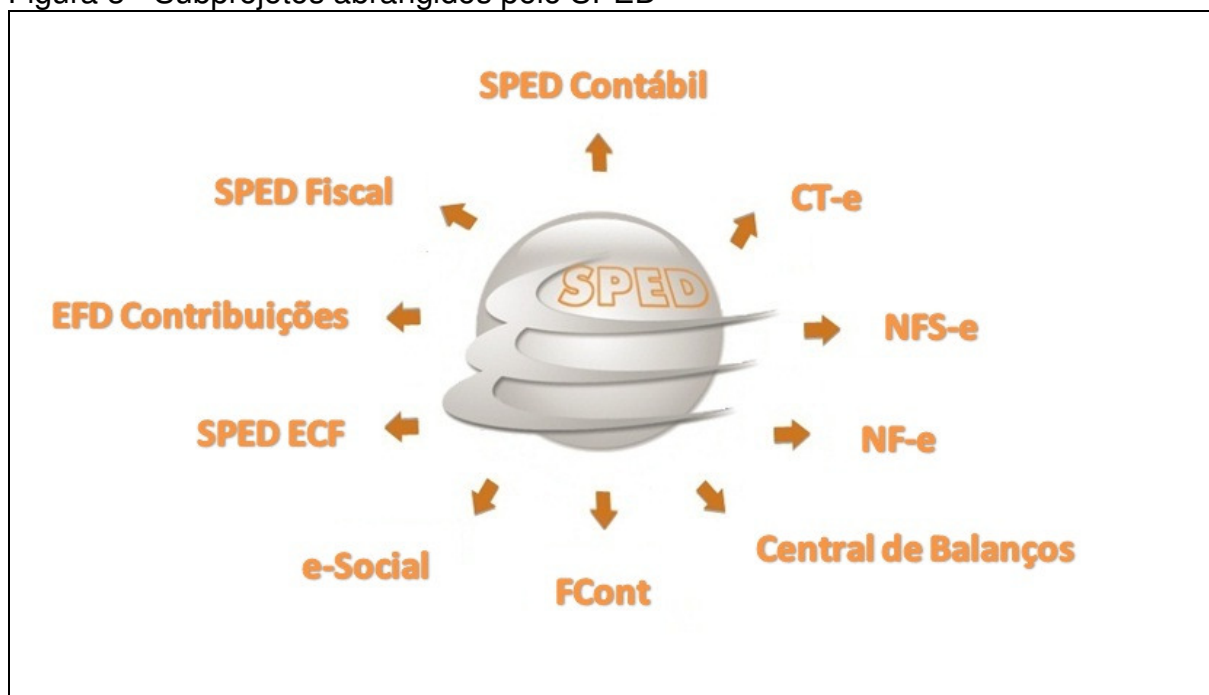
Ainda no art. 3º deste decreto, está previsto que os usuários do SPED possuem suas respectivas competências, devendo estabelecer os prazos e a periodicidade de entrega dos livros em arquivos digitais que são exigidos. (BRASIL, 2007c).

2.2.3 Subprojetos do SPED

A partir da implantação do projeto SPED, os procedimentos de elaboração e entrega das obrigações nos moldes antigos foram substituídos, devendo ser entregues ao fisco por meio de arquivos digitais. O projeto SPED iniciou com três subprojetos, sendo eles, a Nota Fiscal Eletrônica, a Escrituração Fiscal Digital – EFD e a Escrituração Contábil Digital – ECD. A cada ano, foram criadas novas obrigações com o objetivo de abranger toda a escrituração contábil e fiscal das pessoas jurídicas.

Com isso, atualmente, o projeto SPED é composto de vários subprojetos, conforme demonstrado na figura 3:

Figura 3 - Subprojetos abrangidos pelo SPED



Fonte: adaptada pela autora da Receita Federal do Brasil (2015).

O subprojeto SPED ECF, tema deste trabalho, compreende a apuração do IRPJ e CSLL das pessoas jurídicas. Destaca-se que o subprojeto Central de

Balanços ainda está em fase de desenvolvimento. Tal subprojeto deverá reunir informações sobre os demonstrativos contábeis e outras informações financeiras de todas as empresas envolvidas no projeto. Não há previsão de lançamento deste subprojeto.

2.2.4 Escrituração Contábil Digital – ECD

Também chamado de SPED Contábil, a Escrituração Contábil Digital é parte integrante do projeto SPED. Com a implantação do SPED Contábil, foi alterada a forma de elaboração e entrega dos principais livros contábeis, passando a ser realizada em meio digital (YOUNG, 2009).

A Escrituração Contábil Digital foi criada pela IN RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, revogada pela IN RFB nº 1.420, de 19 de dezembro de 2013:

Art. 1º Fica instituída a Escrituração Contábil Digital (ECD), para fins fiscais e previdenciários, de acordo com o disposto nesta Instrução Normativa.

§ 1º A ECD deverá ser transmitida, pelas pessoas jurídicas obrigadas a adotá-la, ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e será considerada válida após a confirmação de recebimento do arquivo que a contém e, quando for o caso, após a autenticação pelos órgãos de registro.

§ 2º Ficam dispensados de autenticação os livros da escrituração contábil das pessoas jurídicas não sujeitas a registro em Juntas Comerciais⁴.

A IN nº 1.420, de 2013, prevê em seu art. 2º quais livros são abrangidos pelo SPED Contábil:

Art. 2º A ECD compreenderá a versão digital dos seguintes livros:

I - livro Diário e seus auxiliares, se houver;

II - livro Razão e seus auxiliares, se houver;

III - livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos⁵.

Desse modo, entende-se que este subprojeto tem como principal objetivo substituir a escrituração contábil em papel pela transmitida via arquivo. A ECD também necessita ser gerada e assinada pelo emissor com a utilização de certificado digital devidamente válido, para garantir a segurança e a integridade dos dados contidos nos arquivos (YOUNG, 2009).

⁴BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. Instrução Normativa RFB nº 1.420, de 19 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=48709>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

⁵Idem.

2.2.4.1 Pessoas Jurídicas Obrigadas

Atualmente, a obrigatoriedade da ECD está contemplando maior número de contribuintes. Desde a implantação da ECD no ano 2007, quando da entrada em vigor da IN RFB nº 787/2007, houve diversas mudanças. Uma delas se refere ao fato de que, desde a implantação do SPED Contábil até o ano 2013, eram obrigadas a adotar a ECD somente pessoas jurídicas tributadas pelo Lucro Real (BRASIL, 2007c). A partir de 1º de janeiro de 2014, a obrigatoriedade de entrega da ECD, de acordo com o que dispõe o art. 3º da IN nº 1.420 de 2013, se aplica:

Art. 3º Ficam obrigadas a adotar a ECD, nos termos do art. 2º do Decreto nº 6.022, de 2007, em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2014:

I - as pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no lucro real;

II - as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido, que distribuírem, a título de lucros, sem incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), parcela dos lucros ou dividendos superior ao valor da base de cálculo do Imposto, diminuída de todos os impostos e contribuições a que estiver sujeita; e

III - as pessoas jurídicas imunes e isentas que, em relação aos fatos ocorridos no ano calendário, tenham sido obrigadas à apresentação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012⁶.

IV – as Sociedades em Conta de Participação (SCP), como livros auxiliares do sócio ostensivo⁷.

As pessoas jurídicas não enquadradas no artigo acima estão dispensadas da entrega da ECD.

2.2.4.2 Prazo de Entrega

De acordo com o que determina o art. 5º da Instrução Normativa nº 1.420 de 2013, a escrituração em arquivo digital do SPED ECD “será transmitida anualmente ao Sped até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira a escrituração”.

Conforme prevê aquele artigo, nos casos de extinção, cisão fusão ou

⁶BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. Instrução Normativa RFB nº 1.510, de 05 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=57877>>.

Acesso em: 20 mar. 2015.

⁷BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. Instrução Normativa RFB nº 1.486, de 13 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=55085>>.

Acesso em: 20 mar. 2015.

incorporação, o prazo de entrega esta fixado da seguinte forma:

§ 1º Nos casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, a ECD deverá ser entregue pelas pessoas jurídicas extintas, cindidas, fusionadas, incorporadas e incorporadoras até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.

§ 4º Nos casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, ocorridos de janeiro a maio do ano da entrega da ECD para situações normais, o prazo de que trata o § 1º será até o último dia útil do mês de junho do referido ano.

§ 5º Nos casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, ocorridos de janeiro a dezembro de 2014, o prazo de que trata o § 1º será até o último dia útil do mês de junho de 2015⁸.

A não apresentação do SPED Contábil no prazo fixado ensejará a aplicação das penalidades previstas em lei.

2.2.5 Escrituração Contábil Fiscal – ECF

Os avanços tecnológicos na área contábil estão cada dia mais presentes no nosso meio, principalmente no que diz respeito à apuração dos tributos.

Dentro do projeto SPED, estão sendo desenvolvidos sistemas capazes de cruzar informações fiscais e contábeis. Desse modo, foi criada a Escrituração Contábil Fiscal - ECF em função da edição da Instrução Normativa RFB nº 1.422, de 19 de dezembro de 2013.

Esse subprojeto, também chamado de “SPED do IRPJ e da CSLL”, consiste em uma nova obrigação para as pessoas jurídicas e deverá ser entregue a partir do ano 2015, com dados do ano-calendário 2014 (RFB, 2015).

Alterando a instrução anterior e esclarecendo alguns pontos primordiais sobre o assunto, a Instrução Normativa RFB nº 1.489, de 13 de agosto de 2014, entrou em vigor estabelecendo, dentre outros, os seguintes pontos:

- esclarece que a dispensa em relação ao Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur) refere-se ao Lalur em meio físico;
- esclarece que a ECF para as empresas tributadas pelo lucro real equivale ao e-Lalur (Livro Eletrônico de Apuração do Lucro Real);
- estabelece a multa pela não entrega ou pela entrega com incorreções para a ECF das empresas tributadas pelo lucro real⁹.

Com a entrega da ECF, os contribuintes ficarão dispensados da elaboração e entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa

⁸BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. Instrução Normativa RFB nº 1.510. op. cit.

⁹BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. Instrução Normativa RFB nº 1.486. op. cit.

Jurídica – DIPJ a partir do ano calendário 2014 conforme regulamenta o art. 5 da Instrução Normativa nº 1.422 de 2013.

Art. 5º As pessoas jurídicas ficam dispensadas, em relação aos fatos ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2014, da escrituração do Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur) em meio físico e da entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ)¹⁰.

Desta forma, com entrada em vigor do novo projeto do SPED e a consequente prestação de informações ao fisco através da ECF, ficam dispensados os contribuintes da entrega das declarações pelos antigos meios, quais sejam, a Declaração de Informações da Pessoa Jurídica – DIPJ e o Livro de Apuração do Lucro Real – Lalur, em meio físico, para as empresas tributadas pelo regime do Lucro Real.

2.2.5.1 Pessoas Jurídicas Obrigadas

Com o advento do novo projeto do SPED, deverão prestar informações através do referido sistema, de acordo com o que dispõe o art. 1º da IN nº 1.422 de 2013:

Art. 1º A partir do ano-calendário de 2014, todas as pessoas jurídicas, inclusive as equiparadas, deverão apresentar a Escrituração Contábil Fiscal (ECF) de forma centralizada pela matriz.

§ 1º No caso de pessoas jurídicas que foram sócias ostensivas de Sociedades em Conta de Participação (SCP), a ECF deverá ser transmitida separadamente, para cada SCP, além da transmissão da ECF da sócia ostensiva¹¹.

Conforme este artigo, ainda, a obrigatoriedade de entrega do SPED ECF não se aplica:

- I - às pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- II - aos órgãos públicos, às autarquias e às fundações públicas;
- III - às pessoas jurídicas inativas de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.306, de 27 de dezembro de 2012; e
- IV - às pessoas jurídicas imunes e isentas que, em relação aos fatos ocorridos no ano-calendário, não tenham sido obrigadas à apresentação da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da

¹⁰Idem.

¹¹BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. Instrução Normativa RFB nº 1.422, de 20 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=48711>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições), nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012¹².

Destaca-se que, se a pessoa jurídica possuir Sociedades em Conta de Participação - SCP, cada sociedade está obrigada a prestar informações através de uma ECF própria, mediante a utilização do CNPJ da pessoa jurídica que é sócia ostensiva e o fornecimento de um código criado pela própria pessoa jurídica para identificação e individualização dos dados de cada SCP (BRASIL, 2015a).

2.2.5.2 Operações que devem ser geradas na ECF

O art. 2º da Instrução Normativa nº 1.422 de 2013 dispõe que o contribuinte “deverá informar, na ECF, todas as operações que influenciem a composição da base de cálculo e o valor devido do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)”.

Dentre os dados que deverão ser informados, de acordo com o supracitado artigo da Instrução Normativa nº 1.422 de 2013, destacam-se:

- I - à recuperação do plano de contas contábil e saldos das contas, para pessoas jurídicas obrigadas a entregar a Escrituração Contábil Digital (ECD) relativa ao mesmo período da ECF;
- II - à recuperação de saldos finais da ECF do período imediatamente anterior, quando aplicável;
- III - à associação das contas do plano de contas contábil recuperado da ECD com plano de contas referencial, definido pela Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis), por meio de Ato Declaratório Executivo (ADE);
- IV - ao detalhamento dos ajustes do lucro líquido na apuração do Lucro Real, mediante tabela de adições e exclusões definida pela Cofis, por meio de Ato Declaratório Executivo;
- V - ao detalhamento dos ajustes da base de cálculo da CSLL, mediante tabela de adições e exclusões definida pela Cofis, por meio de Ato Declaratório Executivo;
- VI - aos registros de controle de todos os valores a excluir, adicionar ou compensar em exercícios subsequentes, inclusive prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL; e
- VII - aos registros, lançamentos e ajustes que forem necessários para a observância de preceitos da lei tributária relativos à determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, quando não devam, por sua natureza exclusivamente fiscal, constar da escrituração comercial, ou sejam diferentes dos lançamentos dessa escrituração¹³.

¹²BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. Instrução Normativa RFB nº 1.524, de 8 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=59129>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

¹³BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. Instrução Normativa RFB nº 1.422. op. cit.

Dessa forma, o contribuinte deverá fornecer ao fisco todas as informações dispostas no artigo 2º da Instrução Normativa nº 1.422 de 2013, gerando o arquivo digital com recursos próprios e importando-o para o programa da Receita Federal para validação do conteúdo, assinatura digital e transmissão ao fisco.

O leiaute do SPED ECF é estruturado por blocos, sendo que cada bloco se refere a um conjunto de informações. No Bloco 0, por exemplo, é gerada a identificação da pessoa jurídica. Podemos verificar no quadro 3 esta relação.

Quadro 3 - Blocos do arquivo digital do SPED ECF

Blocos	Descrição
0	Abre o arquivo, identifica a pessoa jurídica e referencia o período da ECF
C	Recupera, das ECD do período da escrituração da ECF, as informações do plano de contas e os saldos mensais
E	Recupera, da ECF imediatamente anterior, os saldos finais das contas referenciais e da parte B (do e-LALUR e e-LACS). Calcula os saldos contábeis de acordo com o período de apuração do tributo
J	Apresenta o mapeamento do plano de contas contábil para o plano de contas referencial
K	Apresenta os saldos das contas contábeis patrimoniais e de resultado por período de apuração e o seu mapeamento para as contas referenciais
L	Apresenta o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e apura o lucro líquido da pessoa jurídica tributada pelo lucro real
M	Apresenta os livros eletrônicos de escrituração e apuração do IRPJ (e-LALUR) e da CSLL (e-LACS) da pessoa jurídica tributada pelo lucro real - partes A e B
N	Calcula o IRPJ e a CSLL com base no lucro real (estimativas mensais e ajuste anual ou valores trimestrais).
P	Apresenta o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e apura o IRPJ e a CSLL com base no lucro presumido
T	Apura o IRPJ e a CSLL com base no lucro arbitrado
U	Apresenta o balanço patrimonial e a demonstração do resultado das imunes ou isentas. Apura, quando for o caso, o IRPJ e a CSLL quando forem obrigadas
X	Apresenta informações econômicas da pessoa jurídica
Y	Apresenta informações gerais da pessoa jurídica

Fonte: Manual de Orientação do SPED ECF (2015).

Para facilitar o preenchimento da ECF, as empresas que entregaram e assinaram a Escrituração Contábil Digital – ECD terão a opção de importar para o Programa Validador e Assinador – PVA os saldos e as contas da ECD, para auxiliar no início da elaboração das informações.

Outra inovação é que a partir do segundo ano de entrega da ECF os saldos finais de Parte B e Base Negativa da ECF do ano anterior poderão ser recuperados.

Nos dados preenchidos no arquivo da ECF haverá, também, o controle dos saldos da Parte A e Parte B do Livro Eletrônico de Apuração do Lucro Real (e-

Lalur) e do Livro de Apuração da Base de Cálculo da CSLL (e-Lacs), sendo que todos estes dados serão devidamente validados pelo PVA.

Por fim, haverá fichas de informações econômicas e informações gerais, que deverão ser alimentadas pelo contribuinte, possuindo um novo formato de preenchimento.

2.2.5.3 Livro Eletrônico de Apuração do Lucro Real (E-Lalur) e Livro Eletrônico de Apuração da Base de Cálculo da CSLL (E-Lacs)

O Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR existe no Brasil desde o ano de 1977, instituído pelo Decreto nº 1.598 de 26 de dezembro daquele ano. Trata-se de um livro de natureza eminentemente fiscal e foi criado para que as pessoas jurídicas registrem os fatos que interferem na apuração do IRPJ. Ressalta-se que o livro deve ser elaborado em conformidade com a legislação tributária.

O Regulamento do Imposto de Renda (BRASIL, 1999d) dispõe em seu art. 262 que, no LALUR, a pessoa jurídica deverá:

- I - lançar os ajustes do lucro líquido do período de apuração;
- II - transcrever a demonstração do lucro real;
- III - manter os registros de controle de prejuízos fiscais a compensar em períodos de apuração subsequentes, do lucro inflacionário a realizar, da depreciação acelerada incentivada, da exaustão mineral, com base na receita bruta, bem como dos demais valores que devam influenciar a determinação do lucro real de períodos de apuração futuros e não constem da escrituração comercial;
- IV - manter os registros de controle dos valores excedentes a serem utilizados no cálculo das deduções nos períodos de apuração subsequentes, dos dispêndios com programa de alimentação ao trabalhador, vale-transporte e outros previstos neste Decreto.

Segundo a RFB (2015), o Livro LALUR é composto de duas partes. A primeira, chamada de Parte A, é destinada aos lançamentos de ajustes do lucro líquido. São as adições, exclusões e compensações e a demonstração do lucro real. E a segunda, denominada de Parte B, é destinada exclusivamente para o controle dos valores que não constem na escrituração comercial, mas que influenciam a determinação do lucro real de períodos futuros.

O Livro de Apuração da Contribuição Social – LACS foi instituído pela IN RFB nº 390, de 30 de janeiro de 2004, a qual dispõe que a apuração da CSLL poderá ser feita juntamente com o LALUR ou em livro próprio da apuração da CSLL.

Ressalta-se que tanto o livro LALUR como o LACS nunca tiveram a sua entrega exigida. “O fisco apenas exigia que os mesmos fossem mantidos em boa ordem e apresentados quando solicitados” (RODRIGUES, *et.al.*, 2014, p.121). Até então, estes dois livros deveriam ser mantidos pelas empresas, sem necessidade de entrega a fiscalização.

Com a vinda do SPED ECF, estes dois livros passam obrigatoriamente a ser entregues pelas empresas tributadas pelo lucro real, de forma eletrônica, no Bloco M do arquivo digital. Com o detalhamento dos valores no Bloco M, o fisco passará a controlar todos os ajustes fiscais atuais e futuros das referidas empresas, pois a Parte A e a Parte B do LALUR e do LACS serão demonstradas no arquivo.

2.2.5.4 Prazo de Entrega

De acordo com o que determina o art. 3º da Instrução Normativa nº 1.422 de 2013, a escrituração em arquivo digital do SPED ECF “será transmitida anualmente ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) até o último dia útil do mês de setembro do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira”¹⁴.

Nos casos de extinção, cisão ou incorporação, “a ECF deverá ser entregue pelas pessoas jurídicas extintas, cindidas, fusionadas, incorporadas e incorporadoras, até o último dia útil do mês subsequente ao do evento” (BRASIL, 2013b).

A não apresentação do SPED ECF no prazo fixado implicará na imposição de penalidades ao contribuinte, conforme previsto na legislação.

¹⁴BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. Instrução Normativa RFB nº 1.524. op. cit.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, inicialmente, descreve-se o enquadramento metodológico do estudo em questão. Em seguida, apresentam-se os procedimentos utilizados para a coleta e análise dos dados da pesquisa de campo.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Em relação aos objetivos, este estudo caracteriza-se como descritivo. O alcance descritivo é definido por Hernández Sampieri, Fernández Collado e Baptista Lucio (2013) como sendo importante, por demonstrar com exatidão várias nuances de uma mesma situação, apresentando suas mais diversas características.

A pesquisa descreve os aspectos gerais sobre o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED e os processos necessários para a adequação das organizações contábeis ao subprojeto SPED ECF.

Quanto aos procedimentos, o estudo será do tipo bibliográfico, pois aborda os conceitos e o tema em questão através do estudo das obras existentes sobre o tema. A pesquisa bibliográfica “é o ponto de partida de toda pesquisa, levantamento de informações feito a partir de material coletado em livros, revistas, artigos, jornais, sites da internet e em entre outras fontes escritas, devidamente publicadas” (MARTINS, 2004. p.86).

Nesta pesquisa também é utilizado um questionário com questões fechadas para coleta dos dados junto aos profissionais que atuam junto às organizações contábeis do município de Criciúma, durante o primeiro semestre de 2015.

Para a análise dos dados, utiliza-se abordagem qualitativa para descrever o tema da pesquisa e os aspectos relevantes do trabalho, e quantitativa, analisando os dados obtidos junto aos profissionais, mediante dados estatísticos elaborados através do questionário aplicado. De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 35), “o enfoque qualitativo busca principalmente a dispersão ou expansão dos dados e da informação, enquanto o enfoque quantitativo pretende intencionalmente delimitar a informação (medir com precisão as variáveis do estudo, ter foco).”

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo demonstra-se a caracterização da cidade de Criciúma, município este na qual a pesquisa foi realizada. Abordam-se, posteriormente, os dados da pesquisa de campo e, por fim, analisam-se as informações coletadas.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DE CRICIÚMA/SC

Conforme consta na página da internet da Prefeitura Municipal de Criciúma, a fundação da cidade deu-se no século XIX com o ciclo da imigração europeia, procedentes das regiões de Veneza e Treviso, na Itália. A data de fundação oficial da cidade é dia 6 de janeiro de 1880.

O quadro 4 demonstra as características do município de Criciúma.

Quadro 4 - Características da cidade de Criciúma

População	202.395 (IBGE/2010)
Localização	Extremo sul catarinense, a 200km de Florianópolis.
Área	235,627km ² .
Clima	Subtropical
Atitude	46m acima do nível do mar
IDH	0,788 (Atlas Brasil/2013)
PIB	R\$ 3.556.411.000,00 (IBGE/2010)
PIB per capita	R\$ 18.552,25 (IBGE/2010)
Cidades próximas	Araranguá, Içara, Morro da Fumaça, Urussanga, Siderópolis e Nova Veneza.

Fonte: adaptado pela autora da Prefeitura Municipal de Criciúma (2015).

4.1.1 População pesquisada

Dentre os municípios da região sul de Santa Catarina, optou-se por delimitar a área pesquisada apenas para as organizações contábeis da cidade de Criciúma/SC.

De acordo com dados do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina – CRC/SC, Criciúma conta com 201 organizações contábeis, 755 contadores e 208 Técnicos de Contabilidade, totalizando 963 profissionais.

4.1.2 Amostra

Foram coletadas 64 (sessenta e quatro) respostas, as quais serviram de amostra para o presente estudo e que correspondem a 32% da população.

4.1.3 Instrumento e procedimentos de coleta de dados

A pesquisa foi realizada entre os dias 01/05/2015 a 20/05/2015, através de um questionário eletrônico *online* (Apêndice A), elaborado através da ferramenta *Google Docs*, possuindo questões fechadas. O questionário foi enviado por *e-mail* aos participantes.

4.1.4 Tratamento dos dados

Com os dados coletados mediante a aplicação do questionário, realizou-se o estudo. As respostas recebidas foram analisadas e os resultados expostos por meio de gráficos e/ou tabelas.

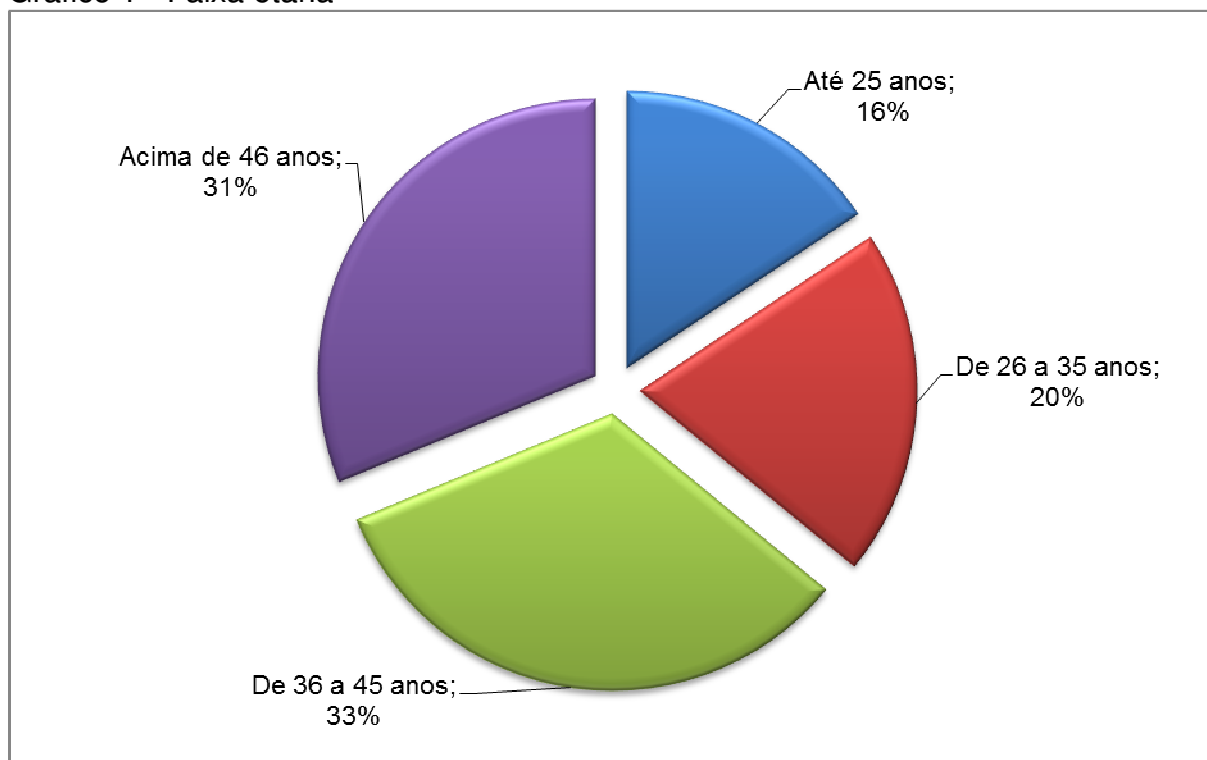
4.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Neste tópico apresentam-se os dados analisados com base nas respostas obtidas com a aplicação do questionário. O questionário foi dividido em três etapas, sendo a primeira composta de questões a fim de determinar o perfil dos respondentes, a segunda etapa com questões direcionadas a investigação da preparação das organizações contábeis em decorrência do SPED ECF e procedimentos técnicos e, por fim, questões de opinião pessoal dos profissionais com relação ao assunto do presente trabalho.

4.2.1 Faixa etária

Inicialmente, buscou-se verificar a faixa etária dos profissionais pesquisados, com o objetivo de analisar se o respondente que atua com o projeto SPED ECF trata-se de um profissional jovem ou com mais idade. Os resultados obtidos são os seguintes:

Gráfico 1 - Faixa etária



Fonte: elaborado pela autora (2015).

O resultado da pesquisa mostra que 31% dos respondentes possui faixa etária acima de 46 anos. Constatou-se que 33% dos entrevistados possuem de 36 a 45 anos, e que 36% possuem idade até 35 anos. Com isso, pode-se dizer que a maioria os profissionais pesquisados que atuam com o projeto SPED são profissionais com mais de 36 anos de idade.

4.2.2 Gênero

A pesquisa também procurou demonstrar o gênero dos respondentes do questionário. Apresenta-se o resultado na tabela 01.

Tabela 1 - Gênero dos participantes

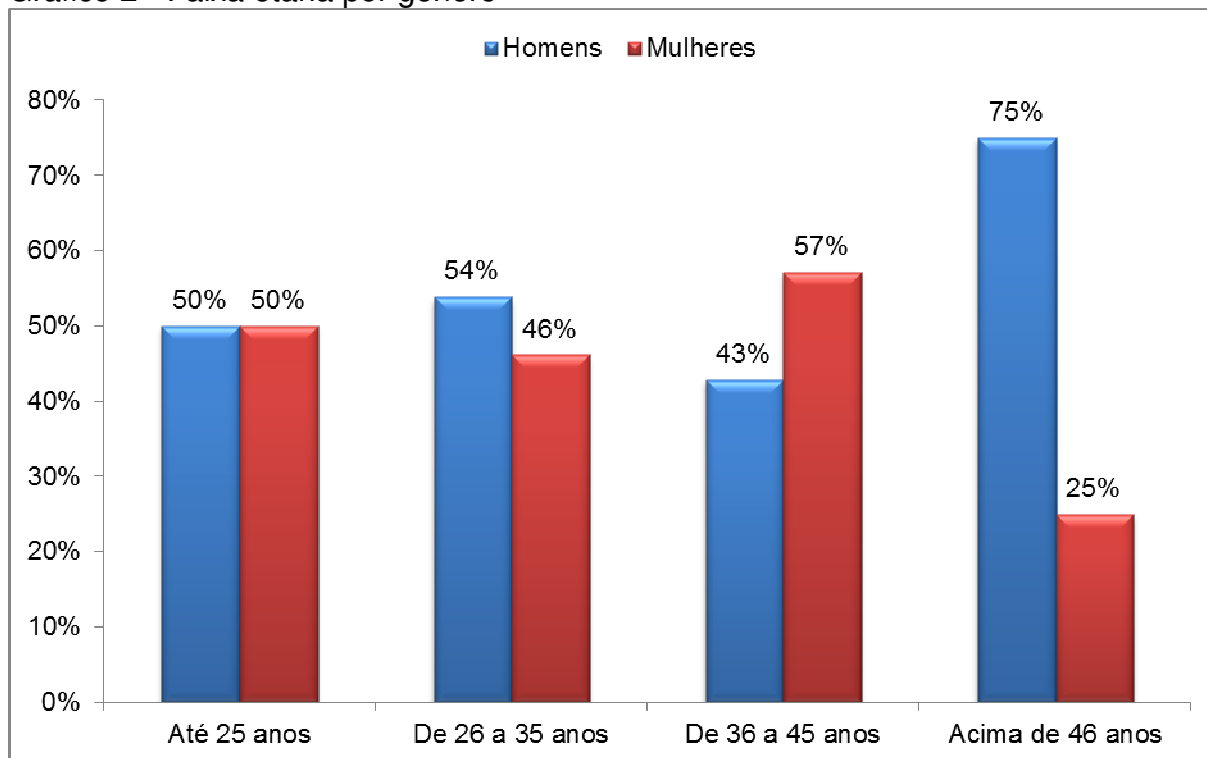
Alternativas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Feminino	28	44%
Masculino	36	56%
Total	64	100%

Fonte: elaborada pela autora (2015).

Analisando a tabela do gênero dos participantes, observa-se uma predominância do gênero masculino totalizando 56% de participação na pesquisa. Já o gênero feminino representa 44% dos participantes.

Comparando a faixa etária com o gênero dos participantes, tem-se os seguintes resultados.

Gráfico 2 - Faixa etária por gênero



Fonte: elaborado pela autora (2015).

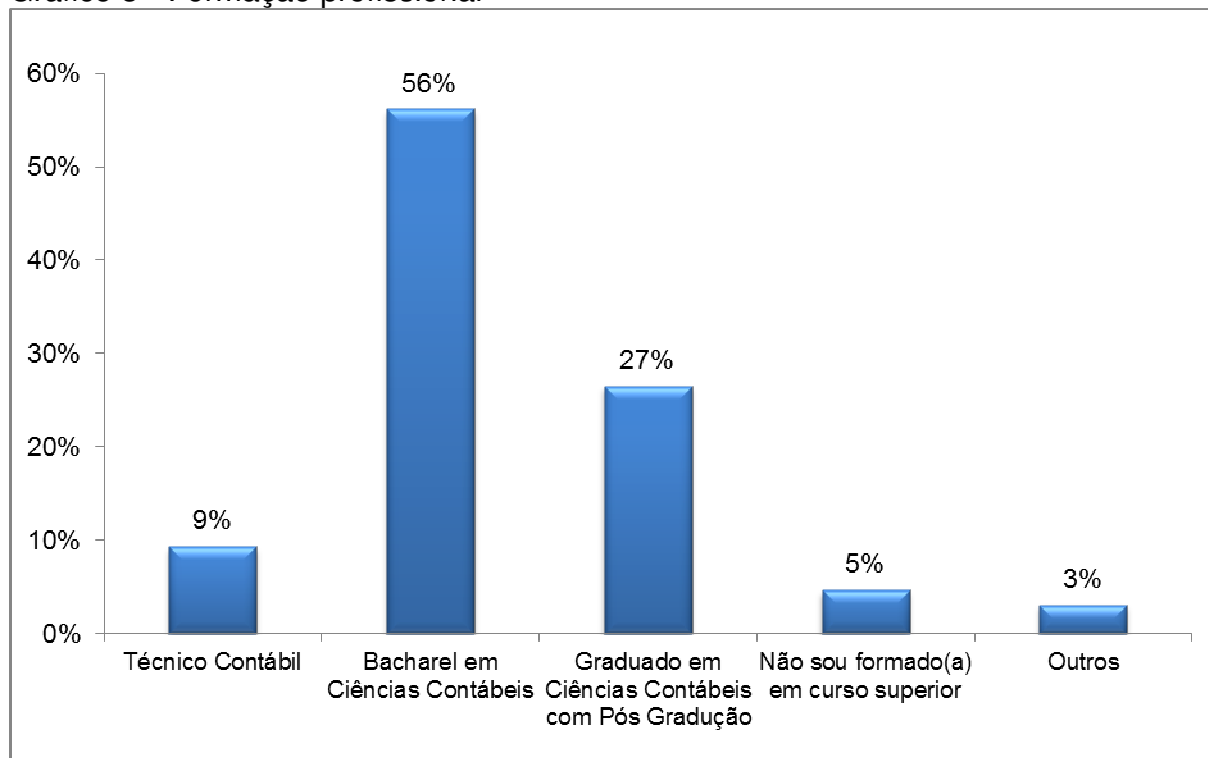
Destaca-se que 15 de 36 homens que participaram possuem acima de 46 anos de idade, 9 participantes possuem de 36 a 45 anos de idade, e por fim, 12 participantes do gênero masculino possuem até 35 anos.

No gênero feminino menos da metade das participantes tem até 35 anos de idade, e na faixa de 36 a 45 anos tem-se a maior concentração de mulheres, com 12 participantes, sendo a única faixa etária em que elas são a maioria com relação aos homens. Ressalta-se que na faixa etária acima de 46 anos, tem-se o menor número de mulheres, sendo 5 participantes, enquanto os homens totalizam 15.

4.2.3 Formação Profissional

A pesquisa buscou evidenciar qual a formação acadêmica dos profissionais entrevistados, com o objetivo de relacionar o conhecimento com as demais questões técnicas.

Gráfico 3 - Formação profissional



Fonte: elaborado pela autora (2015).

Analisou-se que 83% dos participantes são bacharéis em Ciências Contábeis, sendo que, destes, 27% possuem Pós Graduação.

Diante disso, através dos dados da pesquisa verifica-se que o perfil dos profissionais que atuam com o SPED ECF, na sua maioria possui ensino superior.

Relacionando a formação profissional com o gênero dos participantes, têm-se os seguintes resultados.

Tabela 2 - Formação profissional por gênero

Formação Profissional	Masculino	%	Feminino	%	Total
Técnico Contábil	5	83%	1	17%	6
Bacharel em Ciências Contábeis	19	53%	17	47%	36
Graduado em Ciências Contábeis com Pós Graduação	8	47%	9	53%	17
Não sou formado(a) em curso superior	2	67%	1	33%	3
Outros	2	100%	0	0%	2

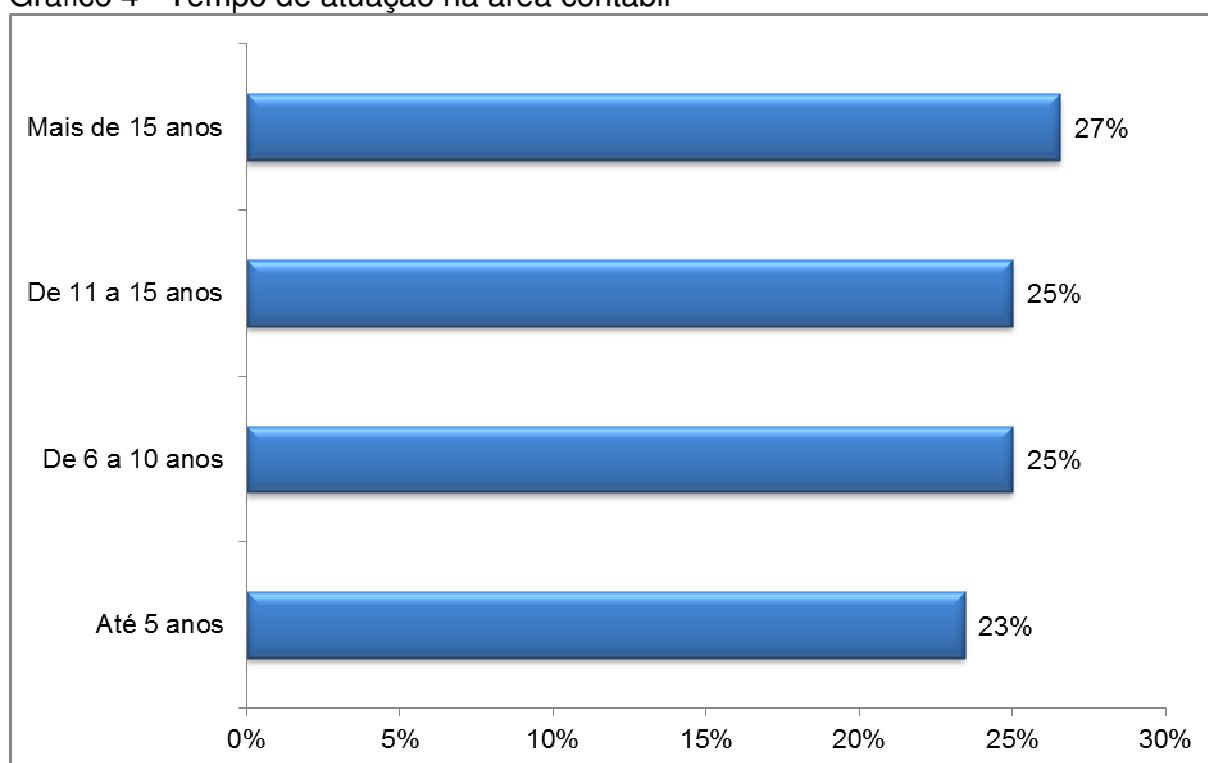
Fonte: elaborada pela autora (2015).

Pode-se verificar que dos participantes Bacharéis em Ciências Contábeis e que possuem Pós Graduação existe relativo equilíbrio entre os gêneros. Já os participantes com formação em Técnico Contábil, há apenas uma mulher com idade de 36 a 45 anos e com mais de 15 anos de atuação na área contábil.

4.2.4 Tempo de atuação na área contábil

Para finalizar a análise do perfil profissional, procurou-se levantar o tempo de atuação dos profissionais na área contábil, conforme evidenciado no gráfico 4.

Gráfico 4 - Tempo de atuação na área contábil



Fonte: elaborado pela autora (2015).

Relacionando o tempo de atuação dos participantes com o gênero, tem-se os seguintes resultados.

Tabela 3 - Tempo de atuação por gênero

	Homens	%	Mulheres	%
Mais de 15 anos	13	76%	4	24%
De 11 a 15 anos	8	50%	8	50%
De 6 a 10 anos	9	56%	7	44%
Até 5 anos	6	40%	9	60%
Total	36		28	

Fonte: elaborada pela autora (2015).

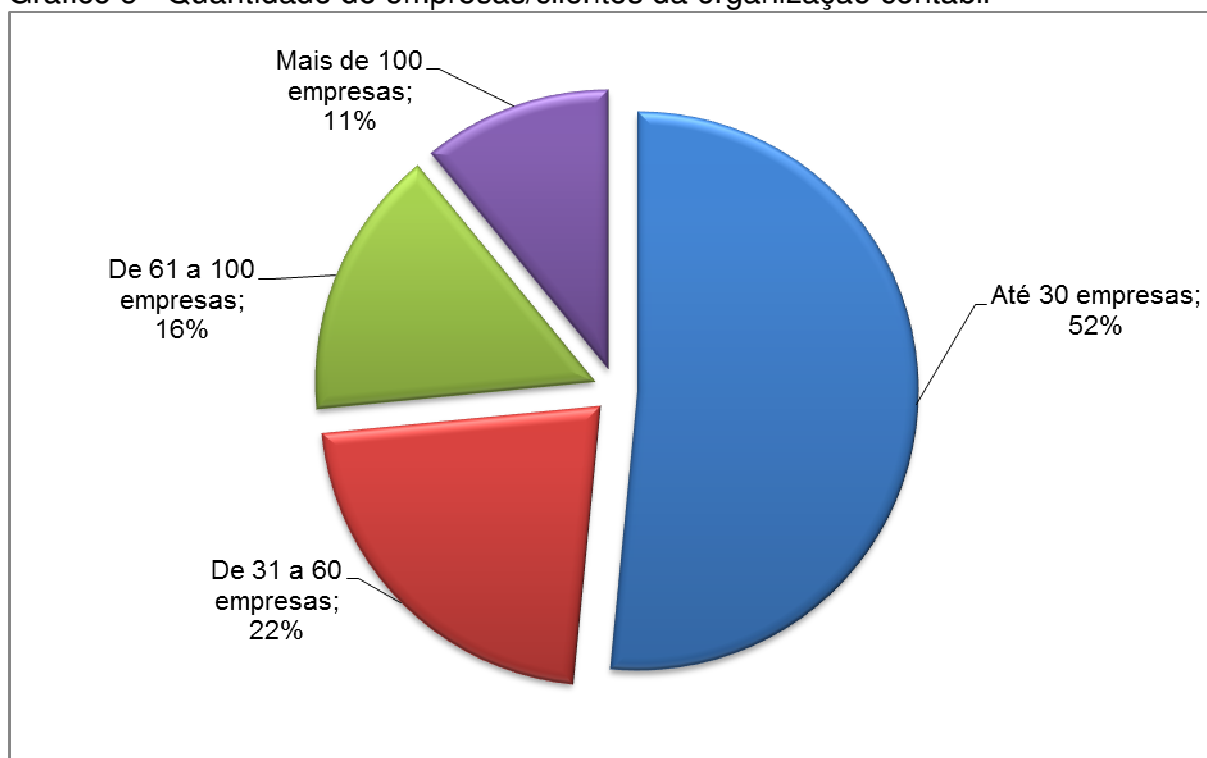
De acordo com os dados, destaca-se que 27% dos participantes possuem mais de 15 anos de atuação na área contábil. Destaca-se que esta foi a única faixa do tempo de trabalho com contabilidade em que não se verificou equilíbrio entre os gêneros, sendo que o maior número de profissionais é do gênero masculino, representando 76%.

Verificou-se que o perfil profissional de acordo com as demais alternativas do tempo de atuação na área contábil permaneceu nivelado entre os gêneros.

4.2.5 Empresas que a organização é responsável pela escrituração

Após a identificação do perfil profissional, a pesquisa buscou evidenciar o perfil da organização contábil pesquisada. Neste tópico demonstra-se o número aproximado de clientes que as organizações contábeis são responsáveis pela escrituração.

Gráfico 5 - Quantidade de empresas/clientes da organização contábil



Fonte: elaborado pela autora (2015).

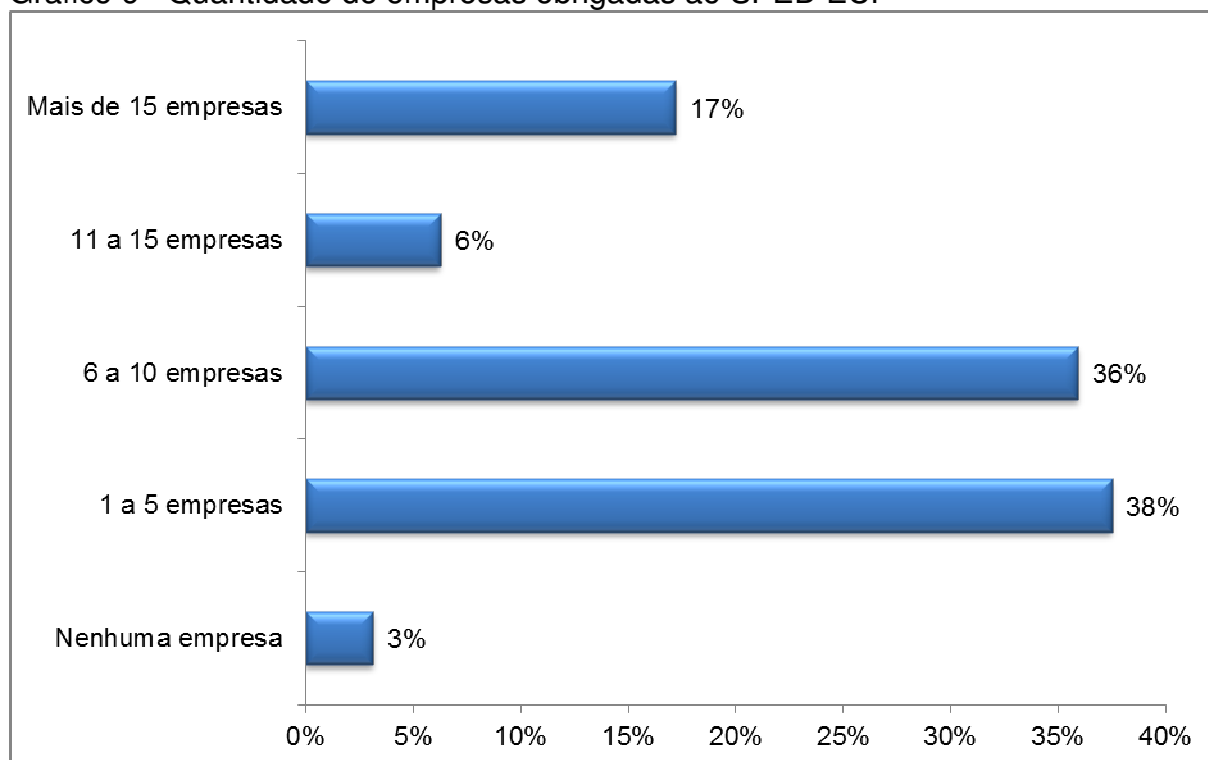
Nota-se que 74% dos participantes são responsáveis pela escrituração de até 60 empresas, e que 16% e 11%, são responsáveis por 61 a 100 empresas e mais de 100 empresas, respectivamente.

Destaca-se que 52% dos respondentes são responsáveis pela escrituração de até 30 empresas.

4.2.6 Empresas obrigadas a entrega do SPED ECF

A partir deste tópico, evidencia-se a pesquisa relacionada ao objetivo deste trabalho. Dessa forma, a primeira questão foi elaborada para verificar uma média de quantos clientes das organizações contábeis estão obrigados a entregar o SPED ECF. O gráfico a seguir demonstra o resultado da pesquisa.

Gráfico 6 - Quantidade de empresas obrigadas ao SPED ECF



Fonte: elaborado pela autora (2015).

Analisando o gráfico acima, observa-se que 38% das organizações contábeis que participam da pesquisa possuem até 5 empresas obrigadas à transmissão do SPED ECF. Em percentual semelhante, 36% dos respondentes possuem de 6 a 10 empresas obrigadas a ECF, e ainda 17% com mais de 15 empresas.

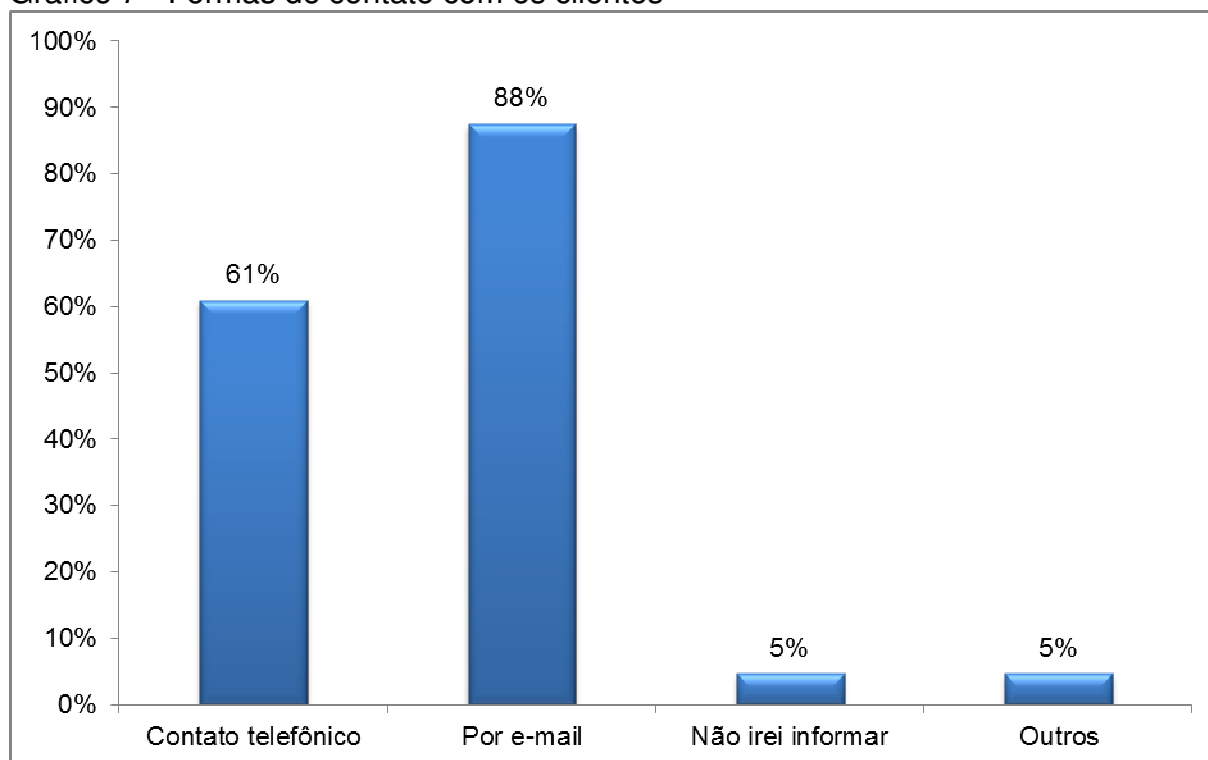
Dentre as organizações que possuem mais de 15 empresas obrigadas a entrega dessa obrigação, 90% delas informaram que são responsáveis pela

escrituração de 61 ou mais empresas, ao mesmo tempo em que 70% possuem mais de 6 anos de atuação na área contábil.

4.2.7 Formas de contato com os clientes para conscientização sobre a obrigatoriedade do SPED ECF

Procurou-se identificar, ainda, quais as formas que as organizações contábeis estão adotando para informar seus clientes sobre a necessidade de transmitir o SPED ECF. Esta questão foi formulada com múltipla escolha.

Gráfico 7 - Formas de contato com os clientes



Fonte: elaborado pela autora (2015).

De acordo com as respostas pode ser verificado o relacionamento do profissional com seus clientes. Analisou-se que 95% dos participantes estão informando seus clientes sobre a obrigatoriedade da entrega do SPED ECF de alguma forma. Salienta-se que apenas 3 participantes responderam que não irão informar seus clientes desta nova obrigação. Este fato confirma a relação de comunicação entre o profissional contábil e as empresas.

Analisou-se, ainda, que os profissionais estão utilizando o contato telefônico e por e-mail para conscientizar seus clientes sobre o SPED ECF. A forma

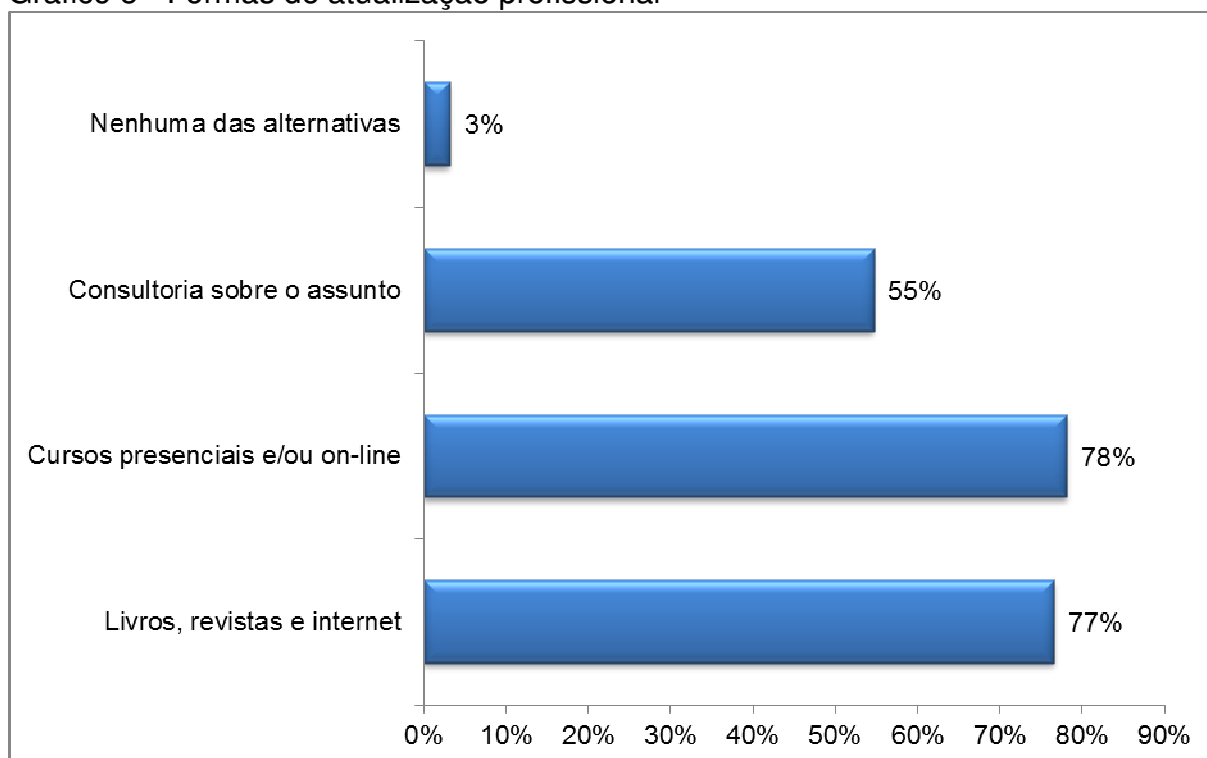
de contato telefônico foi escolhida por 61% dos participantes. Já a comunicação por e-mail foi respondida por 88% dos profissionais.

Dessa forma, observa-se que os profissionais têm a consciência de comunicar seus clientes sobre a necessidade desta obrigação. Vale ressaltar que apenas 3 respondentes estão utilizando outra forma de comunicar o cliente, sendo que descreveram que estão informando pessoalmente, explicando a importância de repassar para o escritório contábil as informações e documentos necessários.

4.2.8 Formas de atualização da organização contábil para o SPED ECF

Com esta questão buscou-se analisar as principais formas que as organizações contábeis estão adotando para manter o conhecimento de sua equipe atualizado quanto às mudanças relacionadas ao SPED ECF. Esta questão foi elaborada com respostas de múltipla escolha. O gráfico 8 demonstra o resultado.

Gráfico 8 - Formas de atualização profissional



Fonte: elaborado pela autora (2015).

De acordo com os dados coletados, averiguou-se que os participantes efetivamente estão se atualizando para se adequarem às mudanças decorrentes da nova obrigação, utilizando-se de pelo menos uma das opções propostas.

Verifica-se que as formas de atualização mais frequentemente escolhidas foram cursos presenciais e/ou *on-line* e livros, revistas e internet, com 78% e 77%, respectivamente. A atualização mediante consultoria sobre o assunto também foi escolhida pelos participantes, obtendo 55% de menções na pesquisa.

Relacionando as formas de atualização dos profissionais com a formação acadêmica, tem-se os dados da tabela 4.

Tabela 4 - Formas de atualização por faixa etária e gênero

	Até 35 anos		De 36 anos ou mais	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Livros, revistas e internet	7	4	22	15
Cursos presenciais e/ou <i>on-line</i>	7	9	20	14
Consultoria sobre o assunto	5	4	15	10

Fonte: elaborada pela autora (2015).

Os dados da tabela demonstram que não há unanimidade entre os entrevistados quando o assunto trata das formas de atualização utilizadas por eles como preparação ao SPED ECF, sendo que todas as alternativas receberam boa quantidade de menções.

Destaca-se, primeiramente, que as mulheres até 35 anos têm preferência por utilizar cursos presenciais e/ou *on-line* como forma de atualização profissional. Os homens, por sua vez, dão prioridade para a atualização através de livros, revistas e internet e também cursos presenciais e/ou *on-line*.

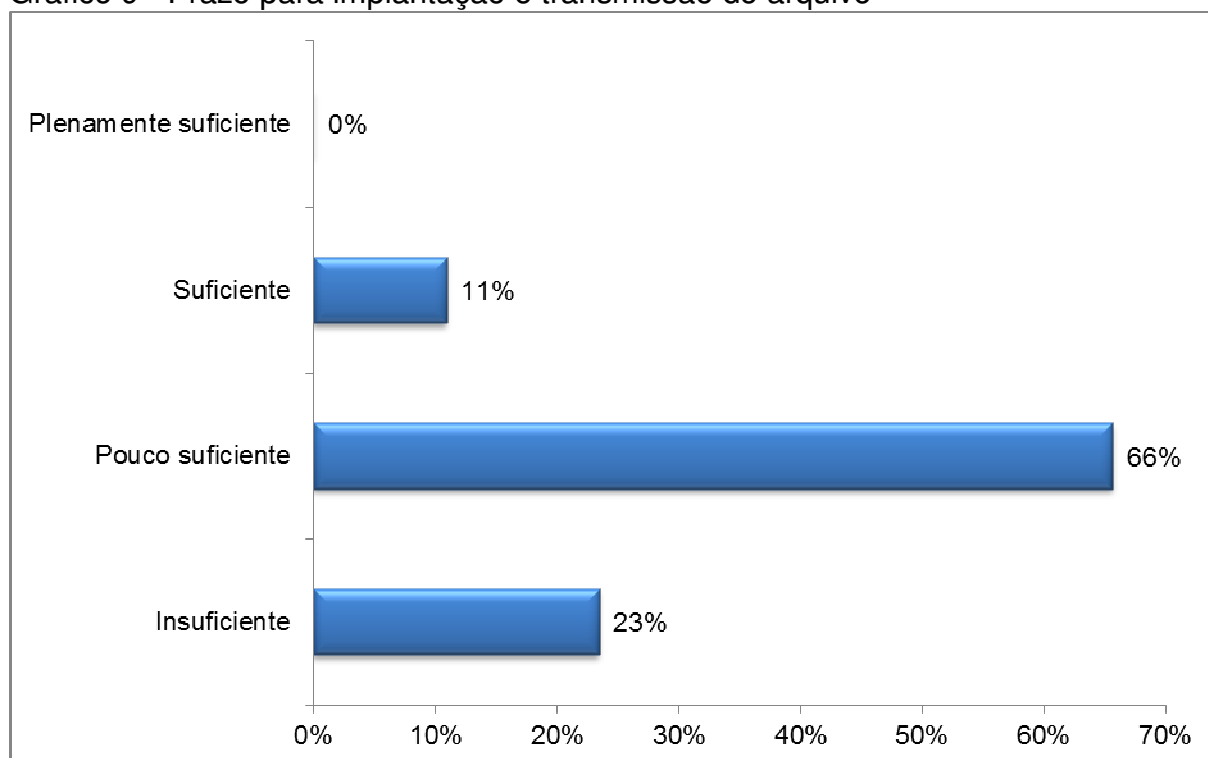
Na faixa dos profissionais com mais de 36 anos, a forma de atualização mais frequentemente lembrada, tanto para os homens quanto para as mulheres, é livros, revistas e internet. Logo após, tem-se a preferência por cursos presenciais e/ou *on-line* e, por fim, a consultoria especializada.

4.2.9 Avaliação do prazo para implantação e transmissão do SPED ECF

A seguinte questão tem como objetivo analisar como os profissionais avaliam o prazo estabelecido pela Receita Federal do Brasil para implantação e transmissão do SPED ECF, considerando que, da publicação do Manual de

Orientação até o prazo de entrega do SPED ECF, os profissionais possuem 6 (seis) meses para se adequarem a este novo formato de informações e entregarem a ECF.

Gráfico 9 - Prazo para implantação e transmissão do arquivo



Fonte: elaborado pela autora (2015).

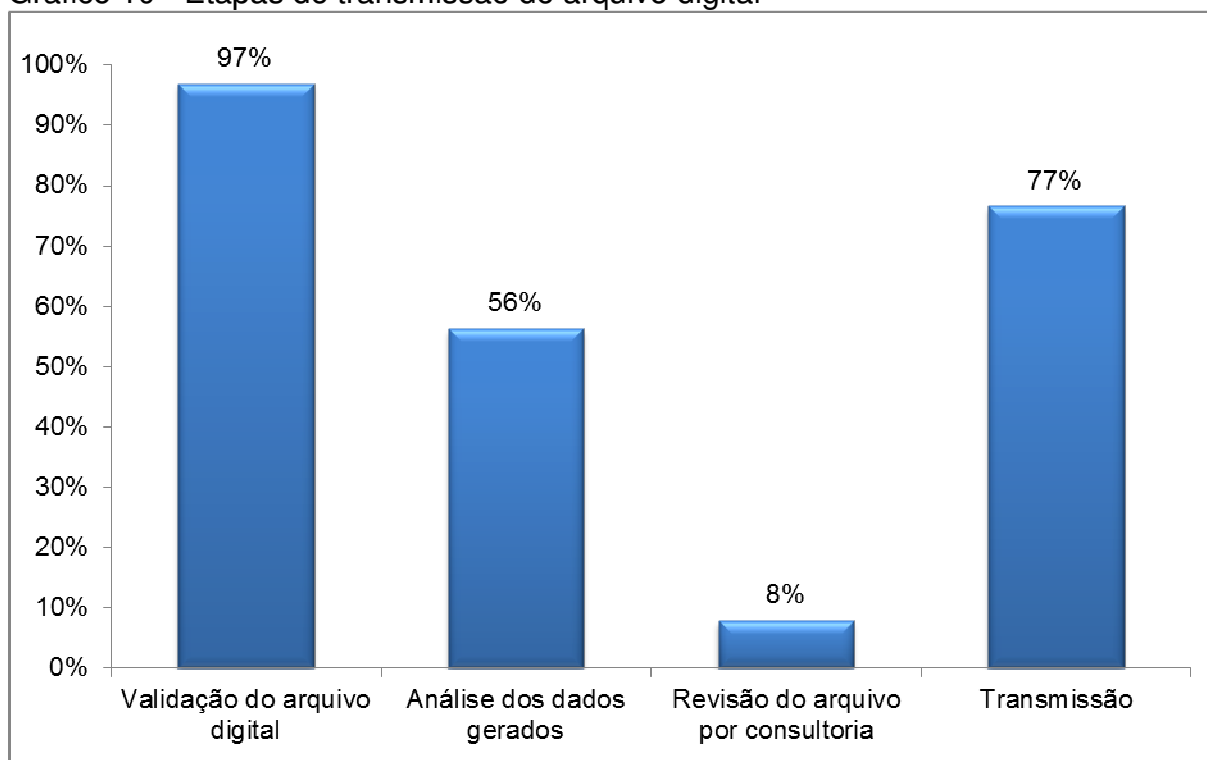
A pesquisa demonstra que 66% dos participantes consideram o prazo estabelecido como pouco suficiente, e 23% consideram insuficiente. Ninguém afirmou considerar o prazo para entrega da obrigação plenamente suficiente.

Ressalta-se que apenas 11% dos entrevistados, que representam 7 participantes em números absolutos, consideram o prazo suficiente. Dentre estes 7 respondentes, 5 são mulheres e apenas 2 são homens. Outro fator que se destaca dentre os que consideram o prazo suficiente é que 4 deles possuem até 5 anos de atuação na área contábil.

4.2.10 Avaliação das etapas para entrega do SPED ECF

Neste tópico procurou-se investigar quais etapas durante o processo de geração do arquivo digital os profissionais pretendem utilizar até a transmissão para a Receita Federal. A questão foi elaborada como múltipla escolha.

Gráfico 10 - Etapas de transmissão do arquivo digital



Fonte: elaborado pela autora (2015).

Verifica-se que apenas 8% dos participantes revisam as informações geradas no arquivo do SPED ECF com o auxílio de uma consultoria especializada. A revisão do arquivo por consultoria não é obrigatória, porém considera-se de grande importância a conferência dos dados para diminuir o risco de inconsistências e de inclusão na malha fina das pessoas jurídicas.

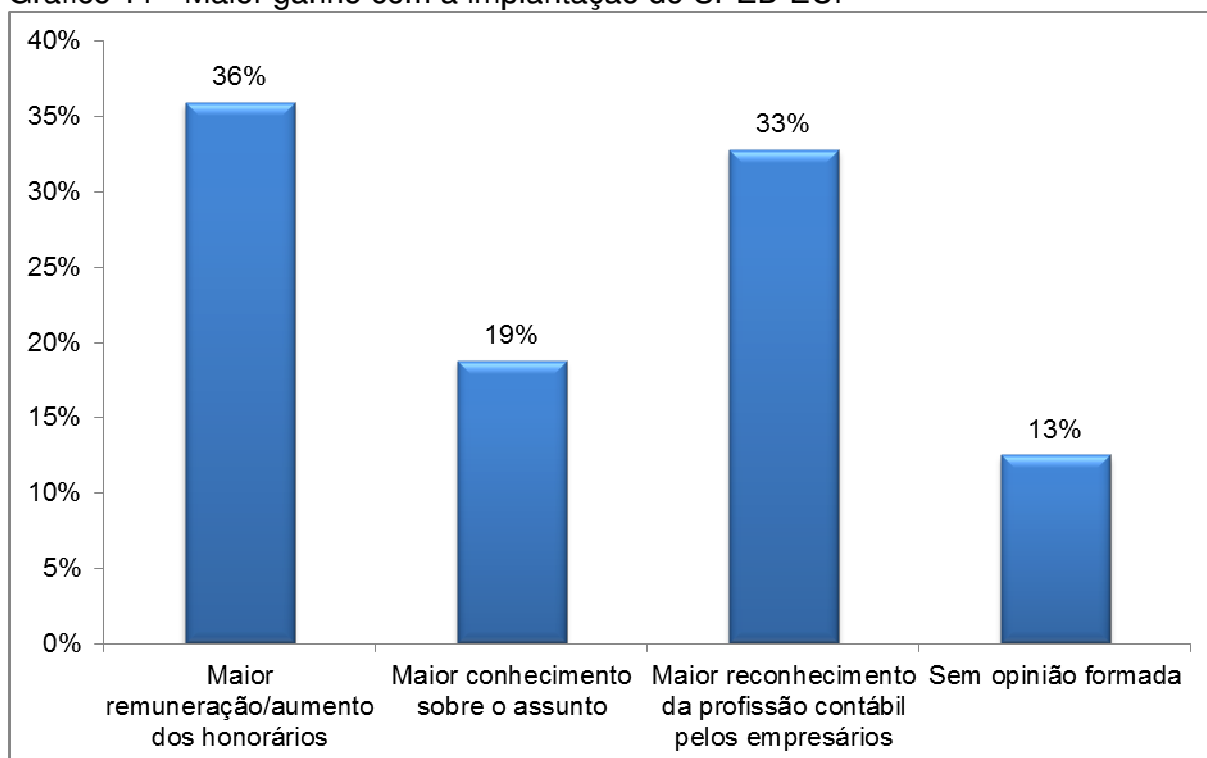
Analisando o perfil da organização dos respondentes que revisam o arquivo com consultoria, infere-se que 75% deles possuem 11 ou mais empresas obrigadas a entrega do SPED ECF. Sob outro aspecto, constata-se que todos eles consideram o prazo de entrega do arquivo digital insuficiente ou pouco suficiente.

Nota-se que 56% dos participantes analisam os dados que foram gerados no arquivo a fim de conferir as informações, representando 36 profissionais. Destes, 39% são mulheres e 61% são homens. Destaca-se que 69% dos profissionais que analisam os arquivos antes da transmissão possuem até 10 empresas obrigadas a entrega do SPED ECF.

4.2.11 Maior ganho com a implantação do SPED ECF

Procurou-se evidenciar nesta questão qual das alternativas os participantes consideram como o maior ganho com a implantação do SPED ECF.

Gráfico 11 - Maior ganho com a implantação do SPED ECF



Fonte: elaborado pela autora (2015).

De acordo com o resultado apresentado, foi levantado que 36% dos participantes consideram a maior remuneração/aumento dos honorários como o maior ganho com a implantação do SPED ECF. Analisando o perfil desses respondentes, tem-se 39% de profissionais do gênero feminino e 61% do gênero masculino, onde 70% dos mesmos possuem 36 anos ou mais.

O maior reconhecimento da profissão contábil pelos empresários foi considerado como o maior ganho por 33% dos entrevistados, indo ao encontro do entendimento apresentado no referencial teórico deste estudo pela importância de enviar os dados corretos ao SPED e pelas penalidades aplicadas quanto a não entrega ou a entrega de informações incorretas pelas empresas.

Por fim, o maior conhecimento foi apontado como o maior ganho por 19% dos entrevistados, totalizando 12 profissionais. Destes, ressalta-se que 75%

disseram utilizar cursos presenciais e/ou *on-line* como forma de atualização profissional.

4.2.12 Sistema contábil

A presente questão foi elaborada com o propósito de analisar qual a situação do atual sistema contábil utilizado nas organizações contábeis pesquisadas e verificar qual a forma de adaptação ao leiaute do SPED ECF.

Gráfico 12 - Preparação do sistema



Fonte: elaborado pela autora (2015).

Diante do gráfico, verifica-se que 69% das organizações contábeis consideram que o sistema que utilizam está preparado para geração do SPED ECF e para 52% dos entrevistados as empresas desenvolvedoras dos sistemas contam com profissionais qualificados prestando suporte ao usuário do sistema.

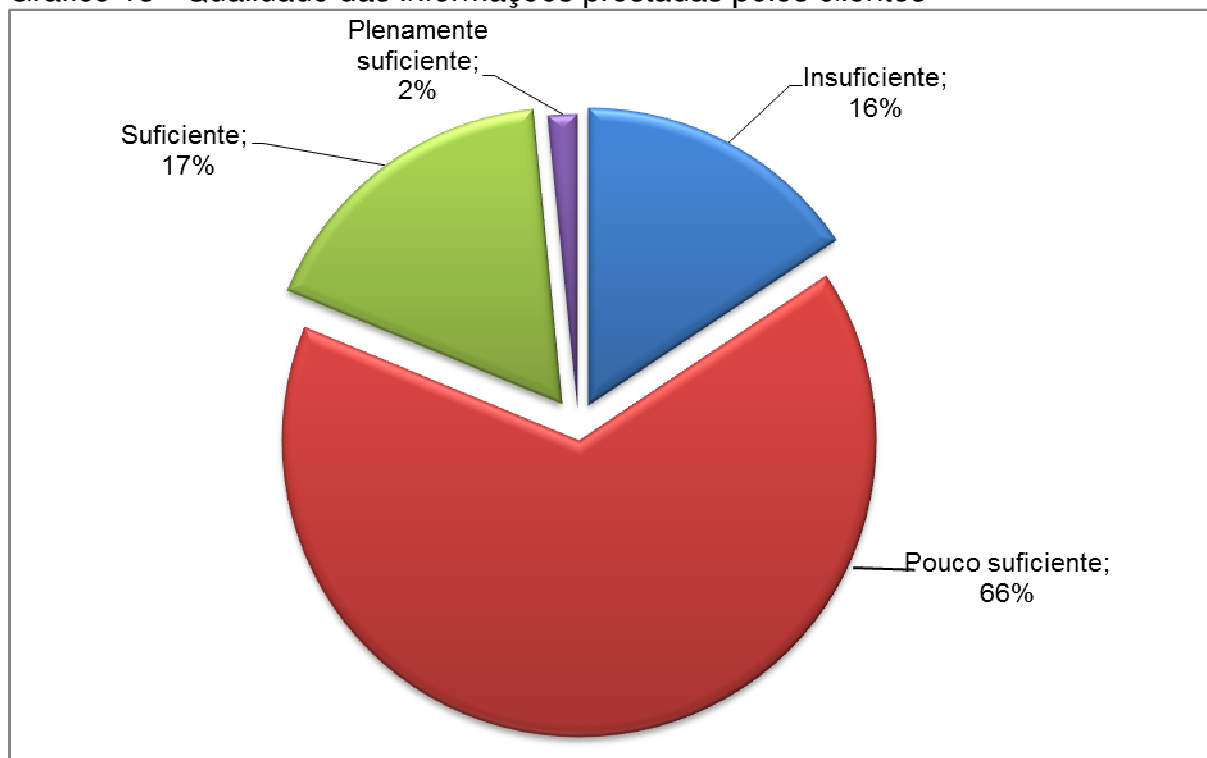
No entanto, um em cada quatro respondentes afirma utilizar um sistema que não está adequado para atender a nova obrigação, ao passo que 17% responderam que, embora o sistema esteja preparado, não há profissionais qualificados para fornecer suporte.

A adequação do sistema utilizado pela organização contábil de forma antecipada facilita na preparação para a mudança e para a geração do arquivo evitando a perda do prazo de entrega, visto que se trata de um novo formato de apresentação das informações.

4.2.13 Qualidade das informações prestadas pelos clientes

A seguinte questão tem como foco verificar como os participantes avaliam as informações contábeis e fiscais prestadas pelos seus clientes para a organização contábil. O gráfico 13 demonstra o resultado.

Gráfico 13 - Qualidade das informações prestadas pelos clientes



Fonte: elaborado pela autora (2015).

Nota-se que 82% dos participantes consideram as informações prestadas pelos clientes como dados insuficientes e pouco suficientes.

Os participantes com 36 anos ou mais são os mais insatisfeitos neste aspecto, pois representam 73% entre todos os entrevistados que afirmaram que os dados fornecidos pelos clientes são insuficientes ou pouco suficientes.

Situação oposta é encontrada dentre os respondentes que consideram suficientes e plenamente suficientes as informações prestadas à organização contábil, já que destes 58% estão na faixa etária de até 35 anos.

Com esses dados, infere-se que os profissionais com mais de 35 anos de idade são a maioria dos que consideram as informações prestadas pelos clientes insatisfatórias, sendo que na faixa etária mais jovem, de 35 anos ou menos, é maior a satisfação dos entrevistados com relação à qualidade das informações.

4.2.14 Benefícios encontrados com o projeto SPED

Esta questão consiste em avaliar, na opinião dos participantes, se os benefícios sugeridos com relação à implantação do projeto SPED na organização contábil ocorrem na prática. A Tabela 5 demonstra os dados pesquisados.

Tabela 5 - Percepção do participante sobre os benefícios com o SPED

Avaliação do participante	Houve redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel		Houve melhoria da qualidade das informações		Houve maior agilidade nas rotinas de trabalho	
Não concordo	47%	30	16%	10	36%	23
Concordo parcialmente	41%	26	61%	39	55%	35
Concordo plenamente	13%	8	23%	15	9%	6

Fonte: elaborada pela autora (2015).

A primeira afirmação consistiu em verificar se houve redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento dos documentos em papel em virtude do SPED, na qual 47% dos participantes não concordam com esta afirmação. Interessante notar que, dentre os que não concordam, 66% são do gênero masculino, sendo que 95% deles informaram que possuem até 60 empresas clientes da organização contábil.

Apenas 13% concordam plenamente que houve significativa redução do uso de papel após a implantação do SPED na organização. Por fim, 41% dos participantes concordam parcialmente com a afirmação da redução do uso de papel. Dentre os que concordam parcial ou totalmente, 58% dos respondentes são bacharéis em Ciências Contábeis.

Outra situação levantada na pesquisa buscou verificar se houve melhoria da qualidade das informações, sendo que os participantes concordaram

parcialmente e plenamente na proporção de 61% e 23%, respectivamente, o que, somando-se os percentuais, corresponde a 54 entrevistados. Quanto aos 16% dos respondentes que não concordam com a afirmação, todos possuem até 60 empresas clientes, e 100% afirmaram que as informações prestadas pelos seus clientes à organização contábil são pouco suficientes ou insuficientes.

Além das afirmações já comentadas, indagou-se se a implantação do SPED trouxe maior agilidade nas rotinas de trabalho das organizações, questão na qual 64% dos participantes concordaram plenamente ou parcialmente ter obtido melhoras na agilidade nas rotinas de trabalho, contra 36% que não concordam com esta afirmação. Salienta-se que apenas 9% concordam plenamente com a afirmação, e dentre estes, 83% são profissionais que possuem mais de 10 anos de atuação na área contábil.

Com os dados apresentados acima, constata-se que o objetivo do SPED defendido pela Receita Federal do Brasil, de reduzir o uso e o armazenamento de papel, bem como a melhoria na qualidade das informações e a maior agilidade nas rotinas de trabalho, foram benefícios efetivamente alcançados na maior parte das organizações participantes da pesquisa.

4.2.15 Dificuldades encontradas com o projeto SPED

A seguinte questão tem como objetivo extrair a opinião dos profissionais entrevistados com relação às dificuldades sugeridas relacionadas com a implantação do projeto SPED na organização contábil. A Tabela 6 demonstra o resultado alcançado.

Tabela 6 - Percepção do participante sobre as dificuldades com o SPED

Avaliação do participante	Houve dificuldade de encontrar um <i>software</i> adequado		A legislação fiscal que abrange o SPED ECF é complexa		As informações prestadas pelas empresas são inadequadas e/ou insuficientes	
Não concordo	36%	23	2%	1	6%	4
Concordo parcialmente	41%	26	23%	15	31%	20
Concordo plenamente	23%	15	75%	48	63%	40

Fonte: elaborada pela autora (2015).

Procurou-se verificar com a primeira afirmação, se o profissional considerou que houve dificuldade de encontrar um *software* adequado que

atendesse todas as demandas com relação ao SPED. Averiguou-se que 36% dos participantes afirmaram não concordar com esta situação, evidenciando que não ocorreu esta dificuldade. Por outro lado, 64% concordaram parcialmente e plenamente com a situação apresentada. Dos respondentes que concordam plenamente com esta afirmação, nota-se que 87% é responsável pela escrituração de até 30 empresas, e 47% possui mais de 15 anos de atuação na área contábil.

Com esta questão, buscou-se também verificar qual a percepção dos participantes com relação a legislação fiscal que abrange o novo projeto do SPED, a ECF. Esta afirmação obteve destaque, pois 75% dos profissionais concordam plenamente que a legislação é complexa, e 23% concordam parcialmente. Por fim, apenas 2% eram contrários a afirmativa e não consideram que há complexidade na legislação fiscal que abrange este subprojeto. Dentre os profissionais graduados em Ciências Contábeis com pós graduação, 71% deles concordaram plenamente com esta afirmação.

Por último, buscou-se constatar na opinião dos participantes se as informações prestadas pelos clientes da organização são inadequadas e/ou insuficientes, onde os participantes concordaram parcialmente e plenamente em 31% e 63%, respectivamente, correspondendo a 94% dos participantes da pesquisa, e apenas 6% não concordam com esta situação.

4.2.16 Análise Geral da Pesquisa

Neste tópico demonstra-se uma análise geral dos dados pesquisados, com o objetivo de expor os resultados obtidos diante do estudo e avaliar como está ocorrendo a preparação dos profissionais que atuam nas organizações contábeis quanto ao novo subprojeto do SPED, a Escrituração Contábil Fiscal - ECF.

Com o questionário aplicado aos profissionais das organizações contábeis, pode-se definir que o perfil médio dos participantes com relação a faixa etária é de mais de 35 anos de idade. Quanto à formação profissional dos entrevistados, a maioria é graduada em Ciências Contábeis.

Constatou-se também, que grande parte dos profissionais participantes da pesquisa está se utilizando de pelo menos alguma forma de atualização profissional para manter o conhecimento de sua equipe atualizado.

Após a identificação do perfil profissional dos participantes, buscou-se identificar o método de comunicação com os clientes. Verifica-se que 95% dos participantes estão informando seus clientes sobre a obrigatoriedade de entrega da ECF de alguma forma, onde o meio de comunicação por *e-mail* foi escolhida pela maior parte dos entrevistados.

Averiguou-se que apenas 19% dos respondentes consideram suficiente ou plenamente suficiente a qualidade das informações prestadas a organização contábil pelos seus clientes, sendo necessário realizar o aperfeiçoamento das informações e do conhecimento destes profissionais e conscientizar os mesmos da importância da qualidade das informações a serem prestadas ao SPED, com o intuito de contribuir com as organizações contábeis.

Sobre o sistema utilizado na organização contábil, 25% dos participantes afirmaram que o sistema ainda não está preparado para atender a esta nova obrigação. Entretanto, 17% avaliaram que o sistema está preparado, porém ainda não conta com profissionais qualificados prestando o devido suporte aos usuários.

Com relação ao questionamento das especificações técnicas de envio do arquivo digital, verifica-se que existe uma preocupação por parte dos entrevistados quanto à qualidade das informações prestadas através do SPED. Verificou-se que 54% responderam que irão analisar os dados gerados no arquivo antes da transmissão e 8% reforçarão isso revisando o arquivo com o auxílio de uma consultoria especializada no assunto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tem como objetivo principal realizar um estudo sobre a preparação das organizações contábeis frente ao SPED ECF como nova obrigação acessória a ser transmitida ao fisco. Além do estudo bibliográfico, o trabalho verificou como os profissionais estão se adaptando a nova sistemática de escrituração dos impostos IRPJ e CSLL.

Dos tempos da contabilidade manuscrita até a informatização, as rotinas de trabalho se tornaram mais ágeis. A chegada da tecnologia proporcionou grandes auxílios aos profissionais da área contábil, trazendo maior segurança e rapidez das informações. Com o advento do SPED, foi alterada a forma de escrituração contábil e fiscal, passando a centralizar todas as informações em uma base de dados única, tornando a fiscalização maior.

Com o novo subprojeto SPED ECF, o fisco contará com todo o detalhamento da apuração dos tributos IRPJ e CSLL, pois este sistema é eficaz em evitar a sonegação, através do cruzamento de várias informações prestadas pelos contribuintes. Trata-se de um assunto novo e levando em consideração que a legislação fiscal que abrange este subprojeto é extensa e complexa, este tema requer maior atenção por parte dos profissionais que atuam diretamente com a escrituração fiscal e a apuração dos tributos, e também constante atualização dos conhecimentos.

Os profissionais envolvidos neste novo processo enfrentam algumas dificuldades em se adaptar a sistemática atual, além da necessidade de obter informações precisas e completas de seus clientes. Vale ressaltar que o controle e cruzamento das informações se tornará ainda maior, e que qualquer informação adversa a legislação, ou de forma incompleta, acarretará em penalidades e esclarecimentos ao fisco.

Com o objetivo de avaliar a preparação das organizações contábeis quanto ao processo de escrituração contábil fiscal, elaborou-se um questionário aplicado aos profissionais da cidade de Criciúma com a finalidade de obter diversas informações quanto ao perfil dos que atuam na área, relação deles com os clientes, operações técnicas relacionadas à ECF e opiniões pessoais sobre este assunto.

Um ponto importante observado com a pesquisa refere-se à dificuldade que as organizações contábeis possuem com relação às informações que são

prestadas pelos seus clientes. Com a vinda do SPED ECF os clientes precisam fornecer corretamente à organização contábil todas as informações necessárias, pois os dados para o preenchimento da ECF serão originários de diversas fontes, tais como a contabilidade, a apuração dos impostos IRPJ e CSLL para Lucro Real, Presumido, Arbitrado e em alguns casos para Imunes e Isentas, bem como as informações econômicas e gerais, como Impostos Retidos na Fonte, Comércio Exterior, informações dos sócios, entre outras.

Isso significa que a ECF concentrará um grande número de informações, pois conterá todo o detalhamento dos saldos contábeis reportados no SPED Contábil, os ajustes fiscais que eram realizados através do FCont e as demais informações enviadas por muitos anos pela DIPJ. Dessa forma, cabe aos profissionais da área contábil conscientizar seus clientes sobre a forma correta de prestar as informações para obter um resultado eficaz.

Diante disso, vale ressaltar que a preparação para a adaptação ao SPED ECF poderia ser estendida também aos clientes das organizações contábeis para facilitar a comunicação e a prestação de informações de forma correta, tendo em vista ser esta uma das dificuldades encontradas pelos profissionais das organizações contábeis.

Esta nova obrigação também trará benefícios aos profissionais, dentre os quais podem ser citados o aumento da velocidade das informações e oportunidades como o reconhecimento da profissão. Com isso, torna-se mais visível o valor do profissional contábil diante desta nova obrigação, uma vez que ele possui o conhecimento e a capacidade de atuar com este novo processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ato Declaratório Executivo Cofis nº 20, de 20 de março de 2015**. Dispõe sobre o Manual de Orientação do Leiaute da Escrituração Contábil Fiscal (ECF).

2015a Disponível em:

<<http://www1.receita.fazenda.gov.br/noticias/2015/marco/noticia2-23032015.htm>>.

Acesso em: 18 maio 2015.

_____. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>.

Acesso em: 02 nov. 2014.

_____. **Decreto nº 7.979, de 8 de abril de 2013**. Altera o Decreto no 6.022, de 22 de janeiro de 2007, que instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital – Sped. Brasília. 2013b. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7979.htm>.

Acesso em: 02 mar. 2015.

_____. **Decreto nº 6.022, de 22 de Janeiro de 2007**. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped. 2007c. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm>.

Acesso em: 03 março 2015.

_____. **Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999**. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. 1999e Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3000.htm>. Acesso em: 30 abril 2015.

_____. **Decreto nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977**. Altera a legislação do Imposto sobre a Renda. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1598.htm>. Acesso em: 30 abril

2015.

_____. Secretaria da Receita Federal. **Benefícios do SPED**. Disponível em:

<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/beneficios.htm>. Acesso em: 10 abril 2015.

_____. Secretaria da Receita Federal. **Certificados Digitais**. Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/AtendVirtual/Orientacoes/default.htm>>. Acesso em: 10 abril 2015.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. **Instrução Normativa RFB nº 1.486, de 13 de agosto de 2014**. Disponível em:

<<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=55085>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. **Instrução Normativa RFB nº 1.510, de 05 de novembro de 2014**. Disponível em:

<<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=57877>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

_____. Secretaria da Receita Federal. **Instrução Normativa nº 1.489, de 13 de agosto de 2014. Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.422, de 19 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Fiscal (ECF).** Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=55088>>. Acesso em: 19 out. 2014.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. **Instrução Normativa RFB nº 1.524, de 8 de dezembro de 2014.** Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=59129>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

_____. Secretaria da Receita Federal. **Instrução Normativa nº 1.422, de 19 de dezembro de 2013.** Dispõe sobre a Escrituração Contábil Fiscal (ECF). Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=48711>>. Acesso em: 19 out. 2014.

_____. Secretaria da Receita Federal. **Instrução Normativa nº 1.420, de 19 de dezembro de 2013.** Dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD). Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=48709>>. Acesso em: 24 Abril. 2015.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. **Instrução Normativa RFB nº 995, de 22 de janeiro de 2010.** Disponível em: <<http://www18.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/2010/in9952010.htm>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

_____. Secretaria da Receita Federal. **Instrução Normativa nº 969, de 21 de outubro de 2009.** Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de declarações com assinatura digital, efetivada mediante utilização de certificado digital válido, nos casos em que especifica. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=15935>>. Acesso em: 03 abril 2015.

_____. Secretaria da Receita Federal. **Instrução Normativa nº 787, de 19 de novembro de 2007.** Institui a Escrituração Contábil Digital. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=15739>>. Acesso em: 24 abril. 2015.

_____. Secretaria da Receita Federal. **Instrução Normativa nº 390, de 30 de janeiro de 2004.** Dispõe sobre a apuração e o pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=15288>>. Acesso em: 24 abril 2015.

_____. Secretaria da Receita Federal. **Livro de Apuração do Lucro Real - Lalur.** Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/DIPJ/2005/PergResp2005/pr265a282.htm>>. Acesso em: 20 maio 2015.

_____. Secretaria da Receita Federal. **Objetivos do SPED**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/objetivos.htm>>. Acesso em: 10 abril 2015.

_____. Secretaria da Receita Federal. **Premissas do SPED**. Disponível em: <www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/premissas.htm>. Acesso em: 10 abril 2015.

_____. Secretaria da Receita Federal. **Projetos do SPED**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/default.htm>>. Acesso em: 10 abril 2015.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, Pilar. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 624 p.

MARTINS, Rosilda Baron. **Metodologia científica**: como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos. Curitiba, PR: Juruá, 2004. 277 p.

MOSCOVE, Stephen A.; SIMKIN, Mark G.; BAGRANOFF, Nancy A. **Sistemas de informações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2002. 451 p.

OLIVEIRA, Edson. **Contabilidade informatizada**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1997. 176 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRICIÚMA. Disponível em: <<http://www.criciuma.sc.gov.br/site/>>. Acesso em: 17 maio 2015.

RODRIGUES, Aldenir Ortiz, et al. **Manual da ECF Escrituração Contábil Fiscal**: Roteiro de Implantação. 2 ed. São Paulo: IOB, 2014. 222p.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **SPED –Sistema Público de Escrituração Digital**. Curitiba: Juruá, 2011. 289 p.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA DE CAMPO

QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DA PREPARAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS FRENTE AO NOVO PROJETO DO SPED, A ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL (ECF).

Com a publicação da Instrução Normativa nº 1.422/2013, foi instituído o novo subprojeto do SPED, denominado Escrituração Contábil Fiscal - ECF, substituindo a Declaração de Informações Econômico Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e criando também o Livro LALUR eletrônico. Esta formatação permite a Receita Federal do Brasil rastrear todo o detalhamento da apuração dos tributos IRPJ e CSLL, bem como as demais informações econômico-fiscais das empresas. Esse questionário analisará como os profissionais das organizações contábeis estão se preparando para atender a esta exigência. Sua participação é muito importante. Obrigada!

PERFIL PESSOAL/ORGANIZAÇÃO:

1 - Qual sua faixa etária?

- ☐ Até 25 anos
- ☐ De 26 a 35 anos
- ☐ De 36 a 45 anos
- ☐ Acima de 46 anos

2 - Qual a sua formação profissional?

- ☐ Técnico Contábil
- ☐ Bacharel em Ciências Contábeis
- ☐ Graduado em Ciências Contábeis com Pós Graduação
- ☐ Não sou formado(a) em curso superior
- ☐ Outros

3 - Qual seu gênero?

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino

4 – Há quanto tempo trabalha na área contábil?

- ☐ Até 5 anos
- ☐ De 6 a 10 anos
- ☐ De 11 a 15 anos
- ☐ Mais de 15 anos

5 - Quantas empresas aproximadamente a organização contábil que você atua é responsável pela escrituração?

- ☐ Até 30 empresas
- ☐ De 31 a 60 empresas
- ☐ De 61 a 100 empresas
- ☐ Mais de 100 empresas

ESPECÍFICAS:

6 - A organização contábil onde você atua é responsável por quantas empresas aproximadamente que estão obrigadas à entrega do SPED ECF?

- ☐ 0 empresas
- ☐ 1 a 5 empresas
- ☐ 6 a 10 empresas
- ☐ 11 a 15 empresas
- ☐ Mais de 15 empresas

7 – Quais as formas você pretende utilizar para informar aos clientes da organização contábil que você trabalha sobre a necessidade de transmitir o SPED ECF?

- ☐ Contato telefônico
- ☐ Por e-mail
- ☐ Não irei informar
- ☐ Outro(s). Especifique: _____

8 – Quais as principais formas que a organização contábil está adotando para manter sua equipe atualizada e se preparar para o SPED ECF?

- ☐ Livros, revistas e internet
- ☐ Cursos presenciais e/ou *on-line*
- ☐ Consultoria sobre o assunto
- ☐ Nenhuma das alternativas

9 – A publicação do Manual de Orientação do SPED ECF ocorreu por meio do Ato Declaratório Executivo Cofis nº 20, de 20 de março de 2015, e o arquivo digital deve ser enviado até o último dia útil do mês de setembro. Como você avalia o prazo estabelecido pela Receita Federal do Brasil para implantação e transmissão das informações ao SPED?

- ☐ Insuficiente
- ☐ Pouco suficiente

- ☐ Suficiente
- ☐ Plenamente suficiente

10 – Dentre as etapas de transmissão do SPED ECF, quais delas você pretende utilizar? (múltipla escolha).

- ☐ Validação do arquivo digital
- ☐ Análise dos dados gerados
- ☐ Revisão do arquivo digital por consultoria
- ☐ Transmissão

11 – Das opções abaixo, qual delas você considera como o maior ganho com a implantação do SPED ECF?

- ☐ Maior remuneração/aumento dos honorários
- ☐ Maior conhecimento sobre o assunto
- ☐ Maior reconhecimento da profissão contábil pelos empresários
- ☐ Sem opinião formada

12 – Com relação ao atual sistema contábil utilizado em sua organização, qual a forma de adaptação ao leiaute exigido pelo SPED ECF?

- ☐ O sistema ainda não está preparado para atender a esta nova obrigação
- ☐ O sistema está preparado e com profissionais qualificados prestando suporte ao usuário
- ☐ O sistema está preparado, porém ainda não há profissionais qualificados prestando o devido suporte
- ☐ Não sei informar

13 - Como você avalia a qualidade das informações contábeis e fiscais fornecidas para a organização contábil pelos profissionais que trabalham para seus clientes?

- ☐ Insuficiente
- ☐ Pouco suficiente
- ☐ Suficiente
- ☐ Plenamente suficiente

OPINIÃO PESSOAL:

14 – Com relação ao processo de implantação do projeto SPED como um todo na organização contábil, como você avalia os benefícios e as dificuldades encontradas com o advento do SPED?

Pontos positivos	Não concordo	Concorde parcialmente	Concordo plenamente
Houve redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel			
Houve melhoria da qualidade das informações			
Houve maior agilidade nas rotinas de trabalho			
Pontos negativos	Não concordo	Concordo parcialmente	Concordo plenamente
Houve dificuldade de encontrar um <i>software</i> adequado			
A legislação fiscal que abrange o SPED ECF é complexa			
As informações prestadas pelas empresas são inadequadas e/ou insuficientes			